



Sumário

Informações Gerais da Entidade	2
Declaração do Contador	2
Base de Preparação das Demonstrações Contábeis	3
Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis	3
Mudança nas Práticas e Prodecimentos Contábeis	7
Demonstrações Contábeis	7
Balanço Patrimonial	8
Demonstração das Variações Patrimoniais	9
Balanço Orçamentário	10
Balanço Financeiro	11
Demonstrações Dos Fluxos De Caixa	12
Notas Explicativas	13
Nota 01 - Caixa e Equivalentes de Caixa	13
Nota 02 - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	14
Nota 03 - Estoques	14
Nota 04 - VPDs Pagas Antecipadamente	15
Nota 05 - Imobilizado	16
Nota 06 - Intangível (Softwares)	19
Nota 07 - Obrigações Trab., Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo	20
Nota 08 - Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	21
Nota 09 - Demais Obrigações a Curto Prazo	21
Nota 10 – Demais Reservas e Resultado do Exercício	21
Nota 11 - Ajustes de Exercícios Anteriores	22
Nota 12 - Saldos dos Atos Potenciais Passivos	23
Nota 13 - Transferências e Delegações Recebidas	23
Nota 14 - Valorização e ganhos com ativos e desincorporação de passivos	24
Nota 15 - Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	24
Nota 16 - Pessoal e Encargos	25
Nota 17 - Benefícios Previdenciários e Assistenciais	26
Nota 18 - Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	26
Nota 19 - Transferências e Delegações Concedidas	27
Nota 20 - Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	28
Nota 21 - Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	29
Nota 22 – Balanço Orçamentário	29
Nota 23 - Restos a Pagar	32
Nota 24 - Balanço Financeiro	33
Nota 25 - Demonstração Dos Fluxos De Caixa	34
Nota 26 - Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa e Resultado Financeiro	35
Outras Informações Relevantes	36



Informações Gerais da Entidade

O Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia é órgão integrante do Poder Judiciário, inscrito no CNPJ sob o número 04.565.735/0001-13, com sede em Porto Velho, Rondônia, situado na Av. Presidente Dutra, nº 1889 Baixa da União, CEP 76.805-901. Tem como finalidade precípua gerir o processo eleitoral em Rondônia e assegurar a organização e o exercício dos direitos políticos aos cidadãos, especialmente o direito de sufrágio, estabelecendo, para tanto, diretrizes que visam garantir a segurança, a lisura e a eficiência do processo eleitoral, contribuindo, assim, para o fortalecimento da democracia e a consolidação do estado democrático de direito.

Sua competência que está prevista no art. 96, inciso I, alínea “a”, da Constituição Federal, e pelos arts. 29 e 30 Código Eleitoral (Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965), regulamentadas pelo seu Regimento Interno (Resoluções 14/2021 e 06/2015).

A Justiça Eleitoral de Rondônia, como justiça especializada, atua em três esferas: na jurisdicional, em que exerce a competência para julgar questões eleitorais; na administrativa, em sua competência para organizar e realizar as eleições, referendos e plebiscitos; e na regulamentar, em sua competência para elaborar normas de funcionamento e organização de suas atividades.

As demonstrações contábeis apresentadas referem-se ao exercício de 2024 e refletem a situação financeira e patrimonial do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, unidade gestora no SIAFI nº 070024 e unidade orçamentária nº 14122 na Lei de Orçamento de 2024.

Nas demonstrações orçamentárias do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, evidenciam-se ainda os impactos da execução de dotações orçamentárias inicialmente destinadas ao Tribunal Superior Eleitoral na Lei de Orçamento, contudo, descentralizadas para os Tribunais Regionais Eleitorais, visando à realização das Eleições Gerais e das eleições suplementares.

Essas e outras informações relevantes sobre o TRE-RO, relacionadas às funções, estrutura, atividades e outras notícias, podem ser encontradas no site <https://www.tre-ro.jus.br/>.

Declaração do Contador

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas respectivas notas explicativas relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia. Ela atesta a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas na referida data, fundamentando-se na Macro função 020315 - Conformidade Contábil, conforme disposto no Manual do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

As informações constantes das demonstrações contábeis, como Balanço patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas Notas Explicativas, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei nº 4.320/1964, as Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o Manual SIAFI e as demais normas aplicáveis.

Porto Velho/RO, fevereiro de 2025.

Josafá Kuriyama
Contador Responsável
CRC/RO nº 7.727/O

Ricardo Moura Silva
Coordenador de Orçamento, Finanças e Contabilidade
CRC/RO nº 7.376/O



Base de Preparação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Rondônia foram elaboradas em conformidade com os dispositivos das Leis nºs 4.320/1964 e 10.180/2001, dos Decretos nºs 93.872/1986 e 6.976/2009, das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT TSP), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e das orientações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), do Manual Siafi e das demais normas técnicas aplicáveis.

As demonstrações são elaboradas com base nas informações registradas no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no setor público brasileiro e são constituídas pelos seguintes relatórios:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); e
- VI. Notas Explicativas (NE).

Esse formato segue as bases estabelecidas pelas normas contábeis aplicáveis ao setor público.

Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

Considerando as diretrizes dos normativos vigentes e o modelo de contabilidade aplicada ao setor público, apresentam-se a seguir os principais critérios e políticas contábeis adotados pelo Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, em conformidade com as premissas estabelecidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) e no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). Esses critérios e políticas visam garantir a transparência, a fidedignidade e a consistência das informações contábeis, assegurando a adequada representação da situação financeira e patrimonial da instituição.

Moeda Funcional

A moeda funcional utilizada para o reconhecimento, mensuração e evidenciação das Demonstrações Contábeis é o Real.

Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem dinheiro em caixa e demais depósitos bancários. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Créditos e Valores a Curto Prazo

Compreendem os direitos a receber, principalmente relacionados a adiantamentos e créditos não tributários. Esses valores são mensurados e avaliados pelo seu valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável.

Estoque

Compreendem os materiais em almoxarifado destinados à manutenção das atividades do órgão. O método para mensuração e avaliação das entradas desses bens é o valor de aquisição ou produção, enquanto as saídas são avaliados pelo custo médio ponderado, conforme estabelecido no art. 106, inciso III, da Lei nº 4.320/1964

Bases de Mensuração



Visa a esclarecer as bases de mensuração aplicadas aos elementos patrimoniais presentes nas demonstrações contábeis, conforme exigido pelos pronunciamentos contábeis e normas vigentes, além de fornecer transparência nos critérios utilizados para mensurar ativos, passivos, receitas e despesas, o que permite uma representação mais fidedigna da situação econômico-financeira da entidade. Segundo o MCASP, é fundamental que os usuários conheçam as bases de mensuração utilizadas (como custo histórico, custo corrente, valor realizável líquido, valor justo ou valor recuperável).

VPD Pagas Antecipadamente

Compreendem pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) antecipadas, cujos benefícios ou prestação de serviço ocorrerão no curto prazo. A base de mensuração é o custo histórico.

Imobilizado

Composto pelos bens móveis e imóveis e são reconhecidos inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, os bens ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado, desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Depreciação de bens móveis

O método de cálculo dos encargos de depreciação para os bens móveis é o das quotas constantes. A vida útil e o valor residual seguem os critérios definidos pela Secretaria do Tesouro Nacional, no macro função 02.03.30, conforme tabela a seguir:

	Conta Contábil	Vida Útil (Anos)	Valor Residual
123110101	Aparelhos de Medição e Orientação	15	10%
123110102	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	10	20%
123110103	Equipam. e Utensílios Médicos, Odontol., Lab. e Hosp.	15	20%
123110105	Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro	10	10%
123110106	Máquinas e Equipamentos Industrial	20	10%
123110107	Máquinas e Equipamentos Energéticos	10	10%
123110108	Máquinas e Equipamentos Gráficos	15	10%
123110109	Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	10	10%
123110112	Equipamentos, Peças e Acessórios P/Automóveis	5	10%
123110121	Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	10	10%
123110125	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	10	10%
123110201	Equipamentos de Processamento de Dados	5	10%
123110301	Aparelhos e Utensílios Domésticos	10	10%
123110302	Máquinas e Utensílios de Escritório	10	10%
123110303	Mobiliário em Geral	10	10%
123110402	Coleções e Materiais Bibliográficos	10	10%
123110405	Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	10	10%
123110406	Obras De Arte e Peças Para Exposição	-	-
123110501	Veículos em Geral	15	10%
123110503	Veículos de Tração Mecânica	15	10%
123110900	Armamentos	20	15%
123119909	Peças Não Incorporáveis a Imóveis	10	10%

Intangível

Os direitos que têm por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de custo (aquisição ou produção), deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas de valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*). O método de amortização utilizado é o das quotas constantes.



Reavaliação, Redução ao Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão

Os procedimentos para registro de reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações têm como base legal a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000, as NBC TSP, o MCASP, a Lei nº 10.180/2001 e o Decreto nº 6.976/2009.

Os procedimentos contábeis estão descrito de maneira mais detalhada no Manual Siafi, Macro função 020330 – Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações, disponível no sítio do Tesouro Nacional, e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 10/2023, que dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para a mensuração, atualização, reavaliação e depreciação de bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

a) Reavaliação

Os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, de acordo com o art. 6º da Portaria Conjunta STN/SPU nº 10/2023, nas seguintes situações:

- (i) quando aplicadas obras ou reformas, a título de benfeitoria, em valor percentual igual ou superior a vinte por cento do valor líquido contábil do imóvel;
- (ii) quando houver alteração de área construída ou tipologia do imóvel, independentemente do valor investido;
- (iii) quando for comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros; e
- (iv) (iv) quando a data do último valor justo cadastrado no Sistema Corporativo da Secretaria de Patrimônio da União for igual ou superior a 5 (cinco) anos.

b) Redução ao Valor Recuperável

A entidade avalia se há qualquer indicação de que um ativo possa ter seu valor reduzido ao valor recuperável, sem possibilidade de reversão dessa perda. Se houver indícios, a perda é estimada por meio de testes de recuperabilidade, seguindo as orientações do MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais) e detalhada no Manual SIAFI, na Macrofunção 020335 – Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável.

Conforme o item 3.1 da Macrofunção, a perda por não recuperabilidade é reconhecida como ajuste de exercícios anteriores, impactando diretamente o patrimônio líquido. Após a adoção inicial, essa perda é reconhecida no resultado patrimonial, podendo ter como contrapartida diretamente o bem ou por uma conta retificadora. A variação patrimonial diminutiva de depreciação, amortização ou exaustão do ativo é ajustada para refletir o valor contábil revisado, menos seu valor residual.

c) Depreciação, Amortização e Exaustão

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e exaustão é o valor de custo do ativo imobilizado ou do intangível, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação para os bens móveis é o das quotas constantes, exceto para os bens imóveis objeto da Portaria Conjunta STN/SPU nº 10/2023, que são cadastrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet) e seguem critérios específicos.

Como regra geral, a depreciação deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Entretanto, conforme item 6.10 da Macro função 020330, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês são relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.



Depreciação de Bens Imóveis Cadastrados no SPIUnet

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensalmente e de forma automática no âmbito da SPU, com base no valor depreciável da aquisição. Utiliza-se, para isso, o Método da Parábola de Kuentzle, conforme estabelecido pela Portaria Conjunta STN/SPU nº 10/2023, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

O resultado da equação da Parábola de Kuentzle indica a depreciação acumulada do bem imóvel pelo prazo transcorrido de sua vida útil, a partir da data de reavaliação do imóvel. O valor que será contabilizado a cada mês é a diferença entre o valor calculado e o valor acumulado do mês anterior.

Nos casos de bens reavaliados, independentemente da razão, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

Passivos Circulantes e não Circulantes

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e juros ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais, fornecedores e contas a pagar, obrigações fiscais e demais obrigações.

Benefícios a Empregados

Benefícios a empregados, referentes a encargos de férias e décimo terceiro salário, são reconhecidos pelo regime de competência, de acordo com os serviços prestados, e registrados como variações patrimoniais diminutivas. Da mesma forma, os benefícios pós-emprego relacionados à aposentadoria e às pensões também são reconhecidos pelo regime de competência.

Ativos e Passivos Contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, conforme preveem os itens 35 e 39 da NBCT TSP 03 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Quando relevantes, são contabilizados em contas de controles e evidenciados nas notas explicativas, no “Tópico Outras Informações Relevantes.”

Apuração do Resultado

Nas demonstrações contábeis são apurados os seguintes resultados:

- Na Demonstração das Variações Patrimoniais, apura-se o Resultado Patrimonial, confrontando as Variações Patrimoniais Aumentativas com as Variações Patrimoniais Diminutivas. Se o resultado for positivo, teremos o Superávit Patrimonial; caso contrário, haverá Déficit Patrimonial.
- No Balanço Orçamentário, o Resultado Orçamentário é obtido pela diferença entre as Receitas Realizadas e as Despesas Empenhadas. Quando o resultado é positivo, configura-se um Superávit Orçamentário; se negativo, caracteriza-se um Déficit Orçamentário.
- No Balanço Financeiro ou na Demonstração do Fluxo de Caixa, apura-se o Resultado Financeiro, confrontando o Saldo Atual de Caixa e Equivalentes de Caixa menos o Saldo Anterior. Se o resultado for positivo, será considerado Superávit Financeiro; caso contrário, será classificado como Déficit Financeiro. Essa apuração do Resultado Financeiro não deve ser confundida com a apuração realizada no Balanço Patrimonial, que considera os Ativos Financeiros menos os Passivos Financeiros. Este último, se resultar em superávit, é inclusive fonte para abertura de créditos adicionais.



Mudança nas Práticas e Prodecimentos Contábeis

As práticas e procedimentos contábeis adotadas pela União passaram por alterações significativas, principalmente para se adequar a normas internacionais e aumentar a transparência e a qualidade das informações contábeis no setor público.

Depósitos em Garantia

A Secretaria do Tesouro Nacional divulgou em 28 de agosto de 2024, por meio da Mensagem Siafi 2024/3828848, a alteração do Manual Siafi Macrofunção 021126 – Depósitos em Garantia. A modificação inclui novos procedimentos para contas vinculadas, em atendimento ao Acórdão TCU nº 2717/2023. O entendimento do Plenário do Tribunal de Contas da União, consignado no item 9.2 do Acórdão, determina que os valores depositados em contas vinculadas a contratos de serviços contínuos devem ser reconhecidos como ativos da administração, contrapondo-se a um passivo. Assim, os saldos contábeis registrados, referentes à liquidação da despesa e que estavam nas contas de controle 897112100 e 797110000, foram baixados pela CCONT/STN e reclassificados para as contas de ativo (11131.02.00) e passivo (21881.04.06).

Reserva de Reavaliação:

O exercício de 2023 trouxe uma mudança significativa para adequar-se às determinações do MCASP, consistindo na constituição da reserva de avaliação no patrimônio líquido para os bens imóveis da União. Anteriormente, esses bens, quando reavaliados, eram registrados como variações patrimoniais aumentativas na DVP. Embora essa contabilização fosse exigida antes de 2023, a atualização passou a ser aplicada apenas aos bens imóveis cadastrados no Sistema SPIUnet a partir de 2023, especificamente em relação às reavaliações de Imóveis de Uso Especial da União, impactando a contabilização dos imóveis reavaliados no sistema Siafi.

Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia referem-se à execução do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social para o período encerrado em 31 de dezembro de 2024. Elas incluem o Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstrações das Variações Patrimoniais e Fluxos de Caixa, extraídos do SIAFI, acompanhados das Notas Explicativas.

A análise e elaboração das demonstrações contábeis, como técnica contábil, estão em constante evolução e convergência com os padrões legais e internacionais de qualidade da informação. A Contabilidade, enquanto ciência, está diretamente relacionada ao registro dos atos e fatos de gestão e à análise das informações geradas. Assim, a Contabilidade cumpre seu propósito ao servir de base para avaliar a efetividade da administração e a gestão dos recursos, além de fornecer dados relevantes e tempestivos para a apresentação do patrimônio e análise de suas mutações. Dessa forma, funciona como um instrumento de informação e transparência, satisfazendo os usuários em seus objetivos de gestão, tomada de decisão e prestação de contas.

No que se refere à prestação de contas, a Contabilidade aplicada ao setor público alcança o conceito de accountability, que implica a responsabilização daqueles que administram o patrimônio público. Nesse contexto, as demonstrações contábeis e suas notas explicativas tornam-se cada vez mais relevantes, servindo tanto para a tomada de decisões pelos gestores quanto para o controle pelos órgãos competentes e pela sociedade. Assim, a prestação de contas deve ser periódica, clara, objetiva e neutra, refletindo a realidade do patrimônio público gerido. Isso resulta em demonstrações contábeis e notas explicativas que são íntegras, compreensíveis, comparáveis, fidedignas e relevantes.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Balanço Patrimonial

ATIVO				
ESPECIFICAÇÃO			2024	2023
ATIVO CIRCULANTE	NE		10.771.579,21	7.137.373,95
Caixa e Equivalentes de Caixa	1		5.473.650,32	4.187.721,61
Créditos a Curto Prazo	2		2.326.143,51	421.867,38
Demais Créditos e Valores			2.326.143,51	421.867,38
Estoques	3		2.692.145,09	2.459.811,66
VPDs Pagas Antecipadamente	4		279.640,29	67.973,30
ATIVO NÃO CIRCULANTE			134.212.067,52	125.500.611,82
Ativo Realizável a Longo Prazo			2633,79	0,00
Demais Créditos e Valores			2.633,79	0,00
Imobilizado	5		129.644.778,85	120.935.956,94
Bens Móveis			40.150.263,01	40.675.492,79
Bens Móveis			60.496.782,19	58.097.711,48
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis			-20.346.519,18	-17.422.218,69
Bens Imóveis			89.494.515,84	80.260.464,15
Bens Imóveis			89.568.366,03	80.292.579,00
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis			-73.850,19	-32.114,85
Intangível	6		4.564.654,88	4.564.654,88
Softwares			4.564.654,88	4.564.654,88
Softwares			7.178.106,74	7.178.106,74
(-) Amortização Acumulada de Softwares			-2.613.451,86	-2.613.451,86
TOTAL DO ATIVO			144.983.646,73	132.637.985,77
PASSIVO				
ESPECIFICAÇÃO			2024	2023
PASSIVO CIRCULANTE			4.310.935,81	2.701.608,15
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	7		124.480,09	9.037,93
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	8		902,75	1.053.467,34
Demais Obrigações a Curto Prazo	9		4.185.552,97	1.639.102,88
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			0,00	0,00
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL			4.310.935,81	2.701.608,15
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
ESPECIFICAÇÃO			2024	2023
Demais Reservas	10		48.273.740,96	47.493.788,37
Resultados Acumulados			92.398.969,96	82.442.589,25
Resultado do Exercício	10		13.976.822,49	28.587.858,39
Resultados de Exercícios Anteriores			81.662.636,66	46.200.859,48
Ajustes de Exercícios Anteriores	11		-3.240.489,19	7.653.871,38
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			140.672.710,92	129.936.377,62
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			144.983.646,73	132.637.985,77
QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES				
ATIVO				
ESPECIFICAÇÃO			2024	2023
ATIVO FINANCEIRO			5.473.650,32	4.187.721,61
ATIVO PERMANENTE			139.509.996,41	128.450.264,16
PASSIVO				
ESPECIFICAÇÃO			2024	2023
PASSIVO FINANCEIRO			27.514.022,72	23.407.307,41
PASSIVO PERMANENTE			64.367,71	-
SALDO PATRIMONIAL			117.405.256,30	109.230.678,36
QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO (CONTROLE)				
ATIVO				
ESPECIFICAÇÃO			2024	2023
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos				
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS			3.971.650,65	2.744.727,62
Atos Potenciais Ativos			3.971.650,65	2.744.727,62
Garantias e Contragarantias Recebidas			3.971.650,65	2.744.727,62
TOTAL			3.971.650,65	2.744.727,62
PASSIVO				
ESPECIFICAÇÃO			2024	2023
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos				
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	12		69.811.473,17	38.153.651,65
Atos Potenciais Passivos			69.811.473,17	38.153.651,65
Obrigações Contratuais			69.811.473,17	38.153.651,65
TOTAL			69.811.473,17	38.153.651,65
QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO				
DESTINAÇÃO DE RECURSOS		SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO		
Recursos Ordinários				-21.928.704,21
Recursos Vinculados				-111.668,19
Seguridade Social (Exceto Previdência)				0,00
Fundos, Órgãos e Programas				-111.668,19
TOTAL				-22.040.372,40



Demonstração das Variações Patrimoniais

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	NE	2024	2023
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		144.303.948,02	142.216.586,05
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		8.935,93	
Taxas		8.935,93	
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		4.284,99	44.065,10
Juros e Encargos de Mora		4.284,99	44.065,10
Transferências e Delegações Recebidas	13	141.783.217,38	121.533.872,44
Transferências Intragovernamentais		141.745.359,14	120.324.999,54
Outras Transferências e Delegações Recebidas		37.858,24	1.208.872,90
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	14	735.902,15	18.349.693,33
Reavaliação de Ativos		0,00	0,00
Ganhos com Incorporação de Ativos		733.066,35	18.334.703,06
Ganhos com Desincorporação de Passivos		2.835,80	14.990,27
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	15	1.771.607,57	2.288.955,18
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		1.771.607,57	2.288.955,18
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		130.327.125,53	113.628.727,66
Pessoal e Encargos	16	76.238.406,28	68.311.578,99
Remuneração a Pessoal		61.546.135,82	54.390.914,26
Encargos Patronais		8.569.160,69	8.676.799,26
Benefícios a Pessoal		4.917.733,00	4.023.227,12
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		1.205.376,77	1.220.638,35
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	17	12.363.974,51	11.070.568,66
Aposentadorias e Reformas		10.973.445,33	9.706.574,90
Pensões		1.387.185,03	1.327.812,92
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		3.344,15	36.180,84
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	18	37.668.871,05	27.081.369,36
Uso de Material de Consumo		4.100.913,98	993.714,21
Serviços		29.882.257,30	23.144.600,97
Depreciação, Amortização e Exaustão		3.685.699,77	2.943.054,18
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		25,39	177,07
Juros e Encargos de Mora		25,39	177,07
Descontos Financeiros Concedidos		0,00	0,00
Transferências e Delegações Concedidas	19	2.998.592,58	3.485.401,12
Transferências Intragovernamentais		1.905.848,74	1.700.937,74
Transferências Intergovernamentais		1.000.000,00	0,00
Outras Transferências e Delegações Concedidas		92.743,84	1.784.463,38
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	20	958.258,92	3.606.097,51
Perdas Involuntárias		145,12	185.033,94
Desincorporação de Ativos		958.113,80	3.421.063,57
Tributárias		60.872,09	53.451,78
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		22.927,84	24.062,70
Contribuições		37.944,25	29.389,08
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	21	38.124,71	20.083,17
Premiações		7.573,00	0,00
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		30.551,71	20.083,17
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO		13.976.822,49	28.587.858,39



Balanco Orçamentário

RECEITA					
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE		PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES			-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL			-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS			-	-	-
DEFICIT			-	144.808.227,49	144.808.227,49
TOTAL	22		-	144.808.227,49	144.808.227,49
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS			12.579.714,00		-12.579.714,00
Créditos Cancelados			12.579.714,00	-	

DESPESA							
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES		101.986.030,00	113.758.267,00	130.863.241,97	125.350.657,44	122.986.034,44	-17.104.974,97
Pessoal e Encargos Sociais		74.966.273,00	81.819.818,00	87.976.275,62	84.487.347,45	82.698.281,65	-6.156.457,62
Outras Despesas Correntes		27.019.757,00	31.938.449,00	42.886.966,35	40.863.309,99	40.287.752,79	-10.948.517,35
DESPESAS DE CAPITAL		13.138.840,00	13.946.317,00	13.944.985,52	2.272.393,06	2.196.833,91	1.331,48
Investimentos		13.138.840,00	13.946.317,00	13.944.985,52	2.272.393,06	2.196.833,91	1.331,48
SUBTOTAL DAS DESPESAS		115.124.870,00	127.704.584,00	144.808.227,49	127.623.050,50	125.182.868,35	-17.103.643,49
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		115.124.870,00	127.704.584,00	144.808.227,49	127.623.050,50	125.182.868,35	-17.103.643,49
TOTAL	22	115.124.870,00	127.704.584,00	144.808.227,49	127.623.050,50	125.182.868,35	-17.103.643,49

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES		1.166.838,18	4.440.827,52	3.800.530,06	3.800.173,44	231.909,57	1.575.582,69
Pessoal e Encargos Sociais		1.160.693,45	2.080.270,66	1.624.787,33	1.624.430,71	194.821,63	1.421.711,77
Outras Despesas Correntes		6.144,73	2.360.556,86	2.175.742,73	2.175.742,73	37.087,94	153.870,92
DESPESAS DE CAPITAL		2.344.223,35	12.753.810,21	10.461.502,59	10.238.180,54	128.576,66	4.731.276,36
Investimentos		2.344.223,35	12.753.810,21	10.461.502,59	10.238.180,54	128.576,66	4.731.276,36
TOTAL	23	3.511.061,53	17.194.637,73	14.262.032,65	14.038.353,98	360.486,23	6.306.859,05

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES		15.161,60	1.720.109,27	1.732.200,87	2.750,00	320,00
Pessoal e Encargos Sociais		0,00	1.426.833,74	1.426.833,74	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes		15.161,60	293.275,53	305.367,13	2.750,00	320,00
DESPESAS DE CAPITAL		936.000,00	24.498,01	960.498,01	0,00	-
Investimentos		936.000,00	24.498,01	960.498,01	0,00	0,00
TOTAL	23	951.161,60	1.744.607,28	2.692.698,88	2.750,00	320,00



Balanço Financeiro

INGRESSOS			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2024	2023
Receitas Orçamentárias		-	-
Ordinárias		-	-
Vinculadas		-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-	-
Transferências Financeiras Recebidas		141.560.110,76	120.246.686,59
Resultantes da Execução Orçamentária		136.306.656,01	112.101.089,18
Sub-repasse Recebido		136.306.656,01	112.101.089,18
Independentes da Execução Orçamentária		5.253.454,75	8.145.597,41
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		5.134.915,47	8.145.589,41
Movimentação de Saldos Patrimoniais		118.539,28	8,00
Recebimentos Extra orçamentários		28.965.582,21	20.586.650,77
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		2.440.182,15	1.575.375,28
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		17.185.176,99	17.194.637,73
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		7.369.943,83	281.909,15
Outros Recebimentos Extra orçamentários		1.970.279,24	1.534.728,61
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		0,00	4.962,30
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		85,80	0,00
Arrecadação de Outra Unidade		1.784.608,46	1.451.755,86
Demais Recebimentos		185.584,98	78.010,45
Saldo do Exercício Anterior		4.187.721,61	5.632.697,99
Caixa e Equivalentes de Caixa		4.187.721,61	5.632.697,99
TOTAL	24	174.713.414,58	146.466.035,35

DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2024	2023
Despesas Orçamentárias		144.808.227,49	126.575.393,49
Ordinárias		131.750.280,88	114.816.885,59
Vinculadas		13.057.946,61	11.758.507,90
Previdência Social (RPPS)		10.939.505,00	9.716.348,90
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		2.118.441,61	2.042.159,00
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		0,00	0,00
Transferências Financeiras Concedidas		1.905.848,74	1.700.937,74
Resultantes da Execução Orçamentária		2.701,00	45.736,32
Repasse Concedido		2.701,00	0,00
Sub-repasse Devolvido		0,00	45.736,32
Independentes da Execução Orçamentária		1.903.147,74	1.655.201,42
Transferências Concedidas para Pagamento de RP		0,00	203.437,56
Movimento de Saldos Patrimoniais		1.903.147,74	1.451.763,86
Pagamentos Extra orçamentários		22.525.688,03	14.001.982,51
Pagamento dos Restos a Pagar Processados		2.692.698,88	5.067.276,92
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		14.038.353,98	8.653.673,41
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		5.793.115,65	281.032,18
Outros Pagamentos Extra orçamentários		1.519,52	0,00
Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento		1.519,52	0,00
Saldo para o Exercício Seguinte		5.473.650,32	4.187.721,61
Caixa e Equivalentes de Caixa		5.473.650,32	4.187.721,61
TOTAL	24	174.713.414,58	146.466.035,35



Demonstrações Dos Fluxos De Caixa

		2024	2023
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	NE	14.681.441,17	7.908.917,81
INGRESSOS	25	150.900.333,83	122.058.362,05
Outros Ingressos Operacionais		150.900.333,83	122.058.362,05
Ingressos Extra orçamentários		7.369.943,83	281.909,15
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		85,80	0,00
Transferências Financeiras Recebidas		141.560.110,76	120.246.686,59
Arrecadação de Outra Unidade		1.784.608,46	1.451.755,86
Demais Recebimentos		185.584,98	78.010,45
DESEMBOLSOS	25	-136.218.892,66	-114.149.444,24
Pessoal e Demais Despesas		-119.414.048,39	-103.567.670,53
Judiciário		-106.884.375,70	-92.540.560,24
Previdência Social		-12.143.953,03	-11.032.072,59
Encargos Especiais		-384.200,14	0,00
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		-1.519,52	4.962,30
Transferências Concedidas		-9.105.879,88	-8.599.803,79
Intergovernamentais		-1.000.000,00	0,00
A Estados e/ou Distrito Federal		-1.000.000,00	0,00
Intragovernamentais		-8.105.879,88	-8.599.803,79
Outros Desembolsos Operacionais		-7.698.964,39	-1.981.969,92
Dispêndios Extra orçamentários		-5.793.115,65	-281.032,18
Transferências Financeiras Concedidas		-1.905.848,74	-1.700.937,74
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	25	-13.395.512,46	-9.353.894,19
INGRESSOS		-	-
DESEMBOLSOS		-13.395.512,46	-9.353.894,19
Aquisição de Ativo Não Circulante		-13.000.763,56	-8.146.683,39
Outros Desembolsos de Investimentos		-394.748,90	-1.207.210,80
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	26	1.285.928,71	-1.444.976,38
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		4.187.721,61	5.632.697,99
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		5.473.650,32	4.187.721,61



Notas Explicativas

Balanco Patrimonial

O Balanco Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia os Ativos, os Passivos e o Patrimônio Líquido, além de demonstrar sua evolução, comparando os saldos do exercício-base de 2024 em relação aos de dezembro de 2023.

Os ativos compreendem os saldos de recursos financeiros e patrimoniais controlados pelo Tribunal, com capacidade de gerar benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços, enquanto os passivos representam os saldos das obrigações presentes, decorrentes de eventos passados, com alta probabilidade de desembolso futuro.

O Patrimônio Líquido (PL) representa a diferença entre o total dos ativos e o total dos passivos exigíveis. Um saldo positivo indica uma situação patrimonial favorável ou superavitária, enquanto um saldo negativo indica uma situação patrimonial desfavorável ou deficitária.

Nota 01 - Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreende o somatório dos valores disponíveis na Conta Única do Tesouro Nacional e em bancos, bem como seus equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições de uso imediato.

Em conformidade com os princípios contábeis aplicáveis ao setor público, apresenta-se a composição dos valores registrados no grupo "Caixa e Equivalentes de Caixa" em 31 de dezembro de 2024. Os valores apresentados correspondem a recursos de exercícios anteriores que transitaram para o exercício atual. Esses montantes incluem valores vinculados, cuja utilização está condicionada a destinações específicas.

Este grupo de contas é composto por recursos financeiros provenientes de Transferências Intra-Governamentais, recebidos pelo TRE/RO.

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	DEZ/2024	DEZ/2023	AH(%)
LIMITE DE SAQUE COM VINCULACAO DE PGTO - OFSS	3.885.546,48	4.070.254,27	-4,54
LIMITE DE SAQUE COM VINCULACAO DE PAGTO- ORDEM PAGTO - OFSS	19.195,44	117.467,34	-83,66
BANCO DO BRASIL	9,53	0,00	0,00
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	19.078,20	0,00	0,00
DEPOSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS (GARANTIAS)	1.549.820,67	0,00	0,00
TOTAL	5.473.650,32	4.187.721,61	30,71

Fonte: SIAFI 2024

O subgrupo Caixa e Equivalentes de Caixa, composto pelas contas "Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – OFSS", "Banco do Brasil", "Caixa Econômica Federal" e "Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados", totalizou R\$ 5.473.650,32 em dezembro de 2024, representando um crescimento de 30,71% em relação aos R\$ 4.187.721,61 registrados no mesmo período de 2023. Esse montante corresponde a 50,82% do Ativo Circulante.

A conta "Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – OFSS" refere-se ao direito de saque na Conta Única do Tesouro Nacional para cobrir despesas previstas na Lei Orçamentária Anual (LOA), segregadas por fonte de recursos e vinculações de pagamento. Essa conta inclui pagamento de pessoal e outras com destinações específicas, como pagamentos de benefícios previdenciários. O Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) encerrou o exercício com todas as suas obrigações devidamente quitadas, garantindo a regularidade dos pagamentos e o equilíbrio financeiro necessário para o cumprimento de seus compromissos previdenciários.

A conta "Caixa Econômica Federal", que apresentou saldo de R\$ 19.078,20, abrange depósitos em garantia para cobertura contratual.

A conta "Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados" (Depósitos em Garantia) registrou saldo de R\$ 1.549.820,67, decorrente da retenção de valores de empresas para garantir obrigações trabalhistas e previdenciárias em caso de inadimplência. Esses valores, anteriormente registrados nas contas de controle



"Provisão de Encargos Trabalhistas" (897112100) e "Responsabilidades de Terceiros" (797110000), foram transferidos automaticamente pela CCONT/STN em 20/09/2024 para as contas de Ativo (111310200) e Passivo (218810406), conforme estabelecido pelo Acórdão TCU nº 2.717/2023.

O TRE-RO não gera receitas próprias, sendo mantido por sub-repasses do TSE.

Nota 02 - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Compreendem-se os valores a receber por transações realizáveis no exercício corrente ou direitos a curto prazo, referentes a transferências ou adiantamentos realizados e ainda não comprovados de serviços prestados ou de recursos aplicados por terceiros.

Em 31/12/2024, o TRE-RO apresentou um saldo de R\$ 2.326.143,51 referente a demais créditos a curto prazo, distribuídos da seguinte forma:

Créditos e Valores a Curto Prazo – Composição

COMPOSIÇÃO	DEZ/2024	DEZ/2023	AH(%)	AV(%)
SALÁRIOS E ORDENADOS – PAGAMENTO ANTECIPADO	58.007,17	82.874,16	-30,01	2,49
CRÉDITO A RECEBER DECORRENTES DE INFRAÇÕES	0,00	2.413,76	-100,00	0,00
ADIANTAMENTO DE FÉRIAS	0,00	336.579,46	-100,00	0,00
ADIANTAMENTO A PRESTADORES DE SERVIÇOS	2.268.136,34	0,00	0,00	97,51
TOTAL	2.326.143,51	421.867,38	451,39	100

Fonte: SIAFI 2024

O saldo da conta Adiantamentos de Salários e Ordenados refere-se ao pagamento antecipado efetuado aos servidores que solicitaram férias a serem usufruídas em janeiro de 2025. Esses valores foram contabilizados como adiantamentos no exercício de 2024 e são regularizados com o lançamento da folha de pagamento de janeiro de 2025, conforme as práticas contábeis vigentes.

A conta Créditos a Receber Decorrentes de Infrações, anteriormente classificada no ativo circulante (curto prazo), foi transferida para o ativo não circulante (longo prazo). Essa reclassificação foi realizada em conformidade com a previsão de realização superior a 12 meses, atendendo aos critérios estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) e de acordo com a Macrofunção 020346 - Multas Administrativas, que trata de valores provenientes de penalidades impostas em processos administrativos.

Essa mudança visou ajustar a classificação contábil do crédito à sua real expectativa de realização, aprimorando a qualidade das informações financeiras apresentadas.

Nota 03 - Estoques

Compreende-se o valor dos bens adquiridos, com finalidade de utilização específica nas atividades ordinárias e extraordinárias das atividades da Justiça Eleitoral, abrangendo ações jurisdicionais e ações de cunho social, voltadas ao atendimento do cidadão.

Em 31/12/2024, o TRE/RO apresentou um saldo de R\$ 2.692.145,09 em Material de Consumo, representando uma variação positiva de aproximadamente 9,45%, distribuído da seguinte forma:

Estoques – composição

MATERIAL DE CONSUMO	DEZ/2024	DEZ/2023	AH(%)	AV(%)
GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO	274.271,22	25.277,91	985,02	10,19
MATERIAL DE EXPEDIENTE	279.804,19	251.292,56	11,35	10,39
MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	978.064,52	1.570.577,22	-37,73	36,33
MATERIAL DE ACONDIC. E EMBALAGEM	174.983,93	117.564,57	48,84	6,50
MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	176.604,35	122.310,13	44,39	6,56
MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA	90.404,87	73.546,87	22,92	3,36
MATERIAL PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	8.002,81	12.645,79	-36,72	0,30
MATERIAL PARA DIVULGAÇÃO	429.161,44	2.885,96	14.770,66	15,94
DEMAIS MATERIAIS	280.847,76	283.710,65	-1,01	10,43
TOTAL	2.692.145,09	2.459.811,66	9,45	100

Fonte: SIAFI 2024

Os estoques de materiais totalizaram R\$ 2.692.145,09 em dezembro de 2024, representando um aumento de 9,45% em relação aos R\$ 2.459.811,66 registrados no mesmo período de 2023.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Esse crescimento decorre, principalmente, do recebimento de materiais enviados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e de aquisições realizadas para atender às demandas do ano eleitoral.

Entre os itens que apresentaram maior variação percentual, destacam-se:

- Gêneros de Alimentação, com um aumento de 985,02%, passando de R\$ 25.277,91 para R\$ 274.271,22, reflexo da necessidade de suporte logístico para as eleições.
- Material para Divulgação, que teve um expressivo crescimento de 14.770,66%, saindo de R\$ 2.885,96 para R\$ 429.161,44, devido à intensificação das campanhas informativas ao eleitorado.
- Material de Acondicionamento e Embalagem (+48,84%) e Material Elétrico e Eletrônico (+44,39%), em razão da logística e infraestrutura necessárias para a realização do pleito.

Dessa forma, a variação nos estoques reflete as demandas específicas do período eleitoral e atender às necessidades operacionais do órgão.

Vale destacar que o consumo de materiais, registrado na conta 331100000, alcançou o montante de R\$ 4.038.727,83 ao término do exercício.

Segue abaixo o quadro demonstrativo da conciliação contábil de Material de Consumo, detalhando as movimentações ocorridas durante o exercício de 2024:

Material de Consumo – Conciliação Contábil

MATERIAL DE CONSUMO	
SALDO INICIAL EM 01/01/2024	2.459.811,66
AQUISIÇÕES	2.991.215,41
MATERIAIS CONSUMIDOS	-4.215.805,55
DEVOLUÇÃO PARA O ESTOQUE	1.287.240,08
TRANSFERÊNCIA DE ESTOQUES PARA OUTRA UG	-317,76
RECEBIMENTO POR TRANSFERÊNCIA DE ESTOQUES DE OUTRA UG	171.018,19
DESINCORPORAÇÕES - PERDAS/EXTRAVIOS	0,00
DESINCORPORAÇÕES - MATERIAL INSERVÍVEL	-1.016,95
SALDO FINAL EM 31/12/2023	2.692.145,09

Fonte: SIAFI 2024

Nota 04 - VPDs Pagas Antecipadamente

Refere-se a pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) realizados de forma antecipada, cujos benefícios ou serviços prestados à entidade ocorrerão no curto prazo.

Em 31/12/2024, o Tribunal apresentou um saldo de R\$ 279.640,29 referente a Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente, distribuído da seguinte forma:

VPDs Pagas Antecipadamente – composição

COMPOSIÇÃO	DEZ/2024	DEZ/2023	AH(%)	AV(%)
PRÊMIOS DE SEGURO A APROPRIAR	3.960,49	3.778,68	4,81	1,42
ASSINATURAS E ANUIDADES A APROPRIAR	272.052,30	51.861,12	424,58	97,29
ALUGUÉIS PAGOS A APROPRIAR	0,00	0,00	0,00	0,00
VPD DE SERVICOS PAGOS ANTECIPADAMENTE	3.627,50	12.333,50	-70,59	1,30
TOTAL	279.640,29	67.973,30	311,40	100

Fonte: SIAFI 2024

Os maiores valores referem-se a assinaturas e anuidades a apropriar, conforme demonstrado na composição da conta 119310000 por favorecido:

Assinaturas e Anuidades a Apropriar – Composição

FAVORECIDO	VALOR
06132270000132 SOLICITA NEGOCIOS PUBLICOS LTDA	5.266,68
07797967000195 NP TECNOLOGIA E GESTAO DE DADOS LTDA	1.744,79
09094300000151 OPEN SOLUCOES TRIBUTARIAS LTDA	7.992,00
23692857000115 LATAMSUL IMPORTACAO SERVICOS E COMERCIO DE ELETRONICOS	5.700,00
37912883000116 THC ASSESSORIA E TECNOLOGIA LTDA	25.471,25
50768912000186 GOVPLAN SISTEMAS INTELIGENTES LTDA	32.881,75
66582784000111 MAPDATA-TECNOLOGIA,INFORMATICA E COMERCIO LTDA	192.995,83
TOTAL	272.052,30

Fonte: SIAFI 2024



Nota 05 - Imobilizado

O grupo do imobilizado é composto por bens móveis e imóveis.

Em 31/12/2024, o Tribunal apresentou um saldo de R\$ 129.644.778,85 referente ao imobilizado, o que representa um incremento de 7,20% em relação ao encerramento do exercício de 2023. Na tabela a seguir, é apresentada a composição do subgrupo Imobilizado:

Imobilizado – Composição

COMPOSIÇÃO	DEZ/2024	DEZ/2023	AH(%)	AV(%)
BENS MÓVEIS	40.150.263,01	40.675.492,79	-1,29	30,97
(+) VALOR BRUTO CONTÁBIL	60.496.782,19	58.097.711,48	4,13	46,66
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	-20.346.519,18	-17.422.218,69	16,78	-15,69
BENS IMÓVEIS	89.494.515,84	80.260.464,15	11,51	69,03
(+) VALOR BRUTO CONTÁBIL	89.568.366,03	80.292.579,00	11,55	69,09
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	-73.850,19	-32.114,85	129,96	-0,06
TOTAL	129.644.778,85	120.935.956,94	7,20	100

Fonte: SIAFI 2024

Bens Móveis

Compreende os bens móveis que têm existência material e que podem ser transportados por movimento próprio ou removidos por força alheia sem alteração da substância ou da destinação econômico-social.

Os bens móveis do Tribunal totalizaram R\$ 40.150.263,01 em 31/12/2024, distribuídos da seguinte forma:

Bens Móveis – Composição

COMPOSIÇÃO	DEZ/2024	DEZ/2023	AH(%)	AV(%)
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTO E FERRAMENTAS	1.804.294,84	1.557.300,36	15,86	2,98
BENS DE INFORMÁTICA	45.312.831,92	43.948.397,79	3,10	74,90
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	7.078.185,39	6.556.514,70	7,96	11,70
MATERIAL CULTURAL, EDUCACIONAL E DE COMUNICAÇÃO	804.614,03	749.155,93	7,40	1,33
VEÍCULOS	5.041.945,62	4.821.385,84	4,57	8,33
DEMAIS BENS MÓVEIS	419.716,67	436.940,33	-3,94	0,69
BENS NAO LOCALIZADOS	35.193,72	28.016,53	25,62	0,06
SUBTOTAL	60.496.782,19	58.097.711,48	4,13	100,00
DEPRECIAÇÃO / AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	-20.346.519,18	-17.422.218,69	16,78	-33,63
TOTAL	40.150.263,01	40.675.492,79	-1,29	66,37

Fonte: SIAFI 2024

Os bens móveis tiveram um acréscimo nominal de aproximadamente R\$ 2.399.070,71, representando cerca de 4,13% em relação a 2023. Os principais fatores que contribuíram para esse aumento no exercício financeiro de 2024 foram as aquisições de novos bens móveis.

Dos bens móveis registrados no órgão, 11,70% correspondem a móveis e utensílios, enquanto 74,90% são de informática, que incluem equipamentos de processamento de dados.

Devido à sua função como órgão prestador de serviços à sociedade e aos investimentos necessários para manter a votação eletrônica, justifica-se a composição de bens de tecnologia da informação e comunicação de dados, conhecidos como bens de informática. Esses bens têm como principal função dar suporte às atividades relacionadas às eleições e às operações administrativas.

Ainda nesse grupo, a depreciação acumulada de bens registrou, em 2024, um acréscimo de R\$ 2.924.300,49. Esse aumento é atribuído à depreciação natural dos bens, além das doações realizadas a diversas entidades. As doações são efetuadas levando em conta o valor contábil líquido dos bens.

Bens Móveis Não Localizados

Os bens móveis distribuídos aos setores, mas que não foram localizados, totalizaram um valor contábil de R\$ 35.193,72 até o final do exercício, sendo R\$ 21.553,12 referentes ao inventário de 2020 e R\$ 13.640,60 ao inventário de 2022.

BENS MÓVEIS NÃO LOCALIZADOS - CONCILIAÇÃO CONTÁBIL	
BENS NÃO LOCALIZADOS - SALDO EM 01/01/2024 - BMTRE020	28.016,53
BENS LOCALIZADOS - BMTRE020	-6.463,41
SUBTOTAL - BENS NÃO LOCALIZADOS - BMTRE020	21.553,12
REGISTRO DE BENS NÃO LOCALIZADOS - BMTRE022	22.451,86
BENS LOCALIZADOS - BMTRE022	-8.811,26
SUBTOTAL - BENS NÃO LOCALIZADOS - BMTRE022	13.640,60
BENS NÃO LOCALIZADOS - SALDO ATUAL	35.193,72

Fonte: SIAFI 2024



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Os bens móveis não localizados em 31/12/2024 representam 0,06% do total de bens móveis do Tribunal, que soma R\$ 60.496.782,19.

A depreciação acumulada dos bens não localizados é baixada. Caso o bem móvel seja encontrado, o saldo correspondente na conta 12311.99.07 (Bens Não Localizados) é reclassificado para a conta de origem, e a unidade realiza o lançamento da depreciação retroativa.

Segue abaixo a tabela que apresenta a conciliação contábil dos Bens Móveis para o exercício de 2024:

Bens Móveis – Conciliação Contábil

BENS MÓVEIS	
SALDO EM 01/01/2024	58.097.711,48
AQUISIÇÕES	3.182.121,33
INCORPORAÇÕES	387.389,00
DESINCORPORAÇÕES - DOAÇÃO	-348.078,05
DESINCORPORAÇÕES-DAÇÃO EM PAGAMENTO(PERMUTA)	-575.800,00
DESINCORPORAÇÕES - PERDAS/EXTRAVIOS/DESCARTE	-253.738,76
REAVALIAÇÕES	0,00
REGISTRO BENS NÃO LOCALIZADOS INVENT. 2022	22.451,86
BENS MÓVEIS LOCALIZADOS (REF. BMTRERO20 E BMTRERO22)	-15.274,67
SALDO EM 31/12/2024 (I)	60.496.782,19
DEPRECIACÃO	
SALDO EM 01/01/2024	17.422.218,69
REGISTRO DA DEPRECIACÃO	3.643.383,07
BAIXA DE DEPRECIACÃO - DOAÇÕES	-254.382,72
BAIXA DE DEPRECIACÃO - PERDAS/EXTRAVIOS	-37.305,86
BAIXA DE DEPRECIACÃO - DAÇÃO EM PAGAMENTO/PERMUTA	-427.394,00
REVERSÃO DE DEPRECIACÃO	0,00
BAIXA DE BENS	0,00
SALDO EM 31/12/2024 (II)	20.346.519,18
VALOR CONTÁBIL (I-II)	40.150.263,01

Fonte: SIAFI 2024

Bens Imóveis

Os bens imóveis do Tribunal totalizaram R\$ 89.494.515,84 em 31/12/2024, distribuídos em várias contas contábeis. A composição desses bens está apresentada na tabela a seguir.

Bens Imóveis – Composição

Composição	DEZ/2024	DEZ/2023	AH(%)	AV(%)
BENS DE USO ESPECIAL REGISTRADOS NO SPIUNET	61.925.503,21	61.925.503,21	0,00	69,14
BENS DE USO ESPECIAL NÃO REGISTRADOS NO SPIUNET	14.677.505,64	14.677.505,64	0,00	16,39
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO	12.965.357,18	3.689.570,15	251,41	14,48
INSTALAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL	89.568.366,03	80.292.579,00	11,55	100,00
(-) DEPRECIACÃO / AMORTIZACÃO ACUMULADA	-73.850,19	-32.114,85	129,96	-0,08
TOTAL	89.494.515,84	80.260.464,15	11,51	99,92

Fonte: SIAFI 2024

Em comparação a 2023, os bens de uso especial registrados e não registrados no SPIUnet não apresentaram variação.

Os Bens de Uso Especial representam a maior participação, com 69,14%, do valor bruto total dos Bens Imóveis desta unidade, totalizando R\$ 61.925.503,21. Esses bens são destinados às atividades finalísticas e administrativas do órgão. É importante ressaltar que a depreciação incide apenas sobre os imóveis registrados no SPIUNET.

Os valores em Bens Imóveis em Andamento incluem montantes que serão incorporados aos imóveis após a conclusão das obras. Em 2024, o saldo de Estudos e Projetos da nova sede do Tribunal foi de R\$ 2.530.884,00. O saldo na conta de obras em andamento totalizou R\$ 10.434.473,18, referente a despesas com terraplanagem, drenagem e pavimentação do terreno onde será construído o Edifício da nova Sede, além de reformas nos Fóruns Eleitorais de Cerejeiras e Vilhena e instalação do sistema de energia solar fotovoltaica em diversos imóveis do Tribunal.

Depreciação dos Bens Imóveis

A variação de R\$ 41.735,34 na depreciação acumulada corresponde ao somatório dos registros mensais de depreciação dos Bens Imóveis no SIAFI, realizados de forma centralizada pela Coordenação-Geral de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional – CCONT/STN (UG 170999), com base nas informações



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

fornecidas pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU). O valor depreciável dos bens imóveis corresponde a 80% do valor da benfeitoria cadastrada no SPIUnet. A metodologia utilizada para o cálculo da depreciação no SPIUnet é o Método da Parábola de Kuentzle, conforme definido na Portaria Conjunta SPU/STN nº 10/2023, expressa na equação $Kd = (n^2 - x^2) / n^2$, na qual:

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

Segue abaixo o quadro de conciliação contábil referente aos Bens Imóveis para o exercício de 2024:

Bens Imóveis – Conciliação Contábil

BENS IMÓVEIS	
SALDO EM 01/01/2024	80.292.579,00
AQUISIÇÕES (OBRAS/INSTALAÇÕES)	9.275.787,03
INCORPORAÇÕES	0,00
REAVALIAÇÃO DE IMÓVEIS DE USO ESPECIAL - REGISTRADO NO SPIUNET	0,00
BAIXA DE IMÓVEIS	0,00
TRANSFERÊNCIA DE IMÓVEIS DE USO ESPECIAL - SPIUNET	0,00
REAVALIAÇÃO DE IMÓVEIS DE USO ESPECIAL - NÃO REGISTRADO NO SPIUNET	0,00
SALDO EM 31/12/2024 (I)	89.568.366,03
DEPRECIACÃO	
SALDO EM 01/01/2024	-32.114,85
REGISTRO DA DEPRECIACÃO	-41.735,34
REVERSAO DE DEPRECIACÃO	0,00
SALDO EM 31/12/2024 (II)	-73.850,19
VALOR CONTÁBIL (I+II)	89.494.515,84

Fonte: SIAFI 2024

Reavaliação dos Bens Imóveis

Em 2022 e 2023, os bens imóveis foram reavaliados, um processo realizado periodicamente pela Gestão Patrimonial diretamente no SPIUnet, com reflexos no SIAFI, em conformidade com as disposições contábeis aplicáveis.

Bens Imóveis de Uso Especial Registrados no SPIUnet

Atualmente, estão registrados no Sistema de Gerenciamento do Patrimônio de Uso Especial da União (SPIUnet) um total de 10 (dez) imóveis e 1 (um) terreno pertencentes a este TRE/RO. Esses bens compõem a conta 123210102, e seus valores foram atualizados conforme os parâmetros inseridos no referido sistema.

COMPOSIÇÃO					
RIP	IMÓVEL	DATA DA ÚLTIMA AVALIAÇÃO	TERRENO	EDIFÍCIO	VALOR
0003001855004	PORTO VELHO - SEDE	15/02/2022	5.000.000,00	20.832.419,41	25.832.419,41
0003006415002	PORTO VELHO - ANEXO III	14/02/2022	2.500.000,00	2.001.319,37	4.501.319,37
0007001355004	ARIQUEMES	17/02/2022	1.900.000,00	1.627.185,52	3.527.185,52
0009000285009	CACOAL	21/02/2022	900.000,00	938.484,80	1.838.484,80
0013000685005	VILHENA	15/03/2022	670.000,00	498.014,41	1.168.014,41
0015000515009	JARU	23/02/2022	270.000,00	742.574,22	1.012.574,22
0017000325001	OURO PRETO DO OESTE	26/12/2023	265.000,00	1.343.274,60	1.608.274,60
0025000125003	ESPIGAO DO OESTE	26/12/2023	160.000,00	2.088.972,97	2.248.972,97
0027000025005	CEREJEIRAS	22/02/2022	110.000,00	745.085,87	855.085,87
0029000175003	ROLIM DE MOURA	26/12/2023	315.000,00	1.018.172,27	1.333.172,27
	SUBTOTAL - EDIFÍCIOS		12.090.000,00	31.835.503,44	43.925.503,44
0003007455008	TERRENO NOVA SEDE	15/02/2022	17.999.999,77	0,00	17.999.999,77
	TOTAL		30.089.999,77	31.835.503,44	61.925.503,21

Fonte: SIAFI 2024

Cumprir informar que, embora os valores apresentados estejam segregados entre terreno e edifício, estes encontram-se registrados de forma totalizada na conta contábil “Edifícios Registrados no SPIUnet” (12321.0102), pertencente ao grupo “Bens de Uso Especial” no SIAFI. Essa situação resulta de uma rotina inconsistente entre os sistemas SPIUnet e SIAFI, impedindo a adequada segregação dos valores. A correção desse processo depende da atuação conjunta entre a Secretaria do Patrimônio da União (SPU) e a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para ajustes nos respectivos sistemas. Consequentemente, a SPU ainda não observa plenamente as disposições da norma contábil, conforme o item 74 da NBC TSP 07 – Ativo Imobilizado e o Manual SIAFI – Macrofunção 02.03.30 – Depreciação – Item 5.2, letra a, uma vez que, ao proceder à



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

integração e transferência dos valores dos Bens Imóveis registrados no SPIUnet para o SIAFI de forma online, os terrenos e as edificações nelas construídas são contabilizados em uma única conta.

Bens Imóveis de Uso Especial Não Registrados no SPIUnet

A conta 123210200 evidencia os imóveis que ainda não foram registrados no SPIUNET, em razão de providências a serem tomadas junto à Secretaria de Patrimônio da União (SPU).

COMPOSIÇÃO				
IMÓVEL	DATA DA ÚLTIMA AVALIAÇÃO	TERRENO	EDIFÍCIO	VALOR
Fórum Eleitoral de Guajará-Mirim	29/12/2023	619.500,22	802.125,28	1.421.625,50
Fórum Eleitoral de Ji-Paraná	29/12/2023	594.669,66	1.022.225,48	1.616.895,14
Fórum Eleitoral de Costa Marques	29/12/2023	216.326,68	682.743,77	899.070,45
Fórum Eleitoral de Colorado do Oeste	29/12/2023	242.950,61	835.445,55	1.078.396,16
Fórum Eleitoral de Pimenta Bueno	29/12/2023	831.379,03	803.420,06	1.634.799,09
Fórum Eleitoral de Alta Floresta do Oeste	29/12/2023	152.927,62	648.524,49	801.452,11
Fórum Eleitoral de Alvorada do Oeste	29/12/2023	136.000,76	817.927,41	953.928,17
Fórum Eleitoral de Santa Luzia do Oeste	29/12/2023	17.664,97	285.735,43	303.400,40
Fórum Eleitoral de Machadinho do Oeste	29/12/2023	1.365.836,63	556.032,91	1.921.869,54
Fórum Eleitoral de Buritis	29/12/2023	810.966,73	941.257,75	1.752.224,48
Fórum Eleitoral de São Miguel do Guaporé	29/12/2023	172.570,97	655.898,34	828.469,31
Fórum Eleitoral de Nova Brasilândia	29/12/2023	81.360,33	349.486,77	430.847,10
Fórum Eleitoral de Presidente Médice	29/12/2023	224.667,51	809.860,68	1.034.528,19
TOTAL		5.466.821,72	9.210.683,92	14.677.505,64

Fonte: SIAFI 2024

Os registros contábeis realizados no SIAFI refletem o valor da edificação dos imóveis, incluindo todos os custos relacionados à sua construção, como materiais, mão de obra e serviços. O valor do terreno é registrado separadamente, possibilitando a distinção clara entre o custo da edificação e o custo do terreno onde o imóvel está situado. Essa segregação contribui para uma gestão financeira mais eficiente e para uma análise patrimonial detalhada, pois permite uma compreensão mais precisa do valor total do ativo. Além disso, assegura o cumprimento das normas contábeis que exigem a separação dos custos de construção e do valor do terreno.

Em síntese, os bens mais relevantes que compõem o patrimônio imobiliário do Tribunal são os seguintes:

Bens de Uso Especial registrado no SPIUnet – composição

COMPOSIÇÃO	DEZ/2024	DEZ/2023	AH(%)	AV(%)
EDIFÍCIOS	43.925.503,44	43.925.503,44	0,00	70,93
TERRENOS/GLEBAS	17.999.999,77	17.999.999,77	0,00	29,07
TOTAL	61.925.503,21	61.925.503,21	0,00	100

Fonte: SIAFI 2024

Bens de Uso Especial não registrado no SPIUnet – composição

COMPOSIÇÃO	DEZ/2024	DEZ/2023	AH(%)	AV(%)
EDIFÍCIOS	9.210.683,92	9.210.683,92	0,00	62,75
TERRENOS/GLEBAS	5.466.821,72	5.466.821,72	0,00	37,25
TOTAL	14.677.505,64	14.677.505,64	0,00	100

Fonte: SIAFI 2024

Nota 06 - Intangível (Softwares)

Os direitos relativos a bens intangíveis, vinculados à manutenção da atividade pública ou destinados ao seu exercício, são reconhecidos pelo seu valor de custo, seja este proveniente de aquisição ou produção. Quando possuem vida útil definida, esses ativos são apresentados pelo custo original, deduzido da amortização acumulada e de eventuais perdas por desvalorização decorrentes da redução ao valor recuperável (impairment).

Em 31/12/2024, o Tribunal registrou um saldo de R\$ 7.178.106,74 em ativos intangíveis, sendo a maior parte desse valor atribuída à categoria de Software com Vida Útil Indefinida, conforme detalhado na tabela a seguir.

Intangível – Composição

COMPOSIÇÃO	DEZ/2024	DEZ/2023	AH(%)	AV(%)
SOFTWARE COM VIDA ÚTIL DEFINIDA	2.733.546,61	2.733.546,61	0,00	38,08
SOFTWARE COM VIDA ÚTIL INDEFINIDA	4.444.560,13	4.444.560,13	0,00	61,92
TOTAL DE SOFTWARES	7.178.106,74	7.178.106,74	0,00	100,00
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	-2.613.451,86	-2.613.451,86	0,00	-36,41
TOTAL	4.564.654,88	4.564.654,88	0,00	63,59



Fonte: SIAFI 2024

Quanto à composição dos ativos intangíveis, destaca-se o “Software com Vida Útil Indefinida”, que representa 61,92% do total desse grupo.

Critérios de Vida Útil e Amortização

O cálculo dos encargos de amortização segue o método estabelecido no Manual SIAFI - 020330, que define os critérios para depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública. A tabela de vida útil e o valor residual aplicáveis a cada conta contábil são determinados conforme as diretrizes desse manual.

A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida começa quando o ativo está pronto para uso e termina quando ele estiver totalmente amortizado ou baixado. Conforme as normas contábeis, o valor residual desses ativos é, via de regra, considerado zero.

O valor a ser amortizado é calculado subtraindo o valor residual. A amortização ocorre de forma uniforme ao longo da vida útil do ativo, pelo método das quotas constantes, que distribui o custo em parcelas iguais durante todo o período de uso. Esse método assegura que a despesa de amortização seja reconhecida de maneira uniforme ao longo dos exercícios financeiros.

No encerramento do exercício social de dezembro de 2024, o saldo contábil do software classificado como ativo intangível de vida útil definida era de R\$ 2.733.546,61. A amortização acumulada registrada para esse ativo totalizava R\$ 2.613.451,86, resultando em uma diferença de R\$ 120.094,75 em relação ao valor correto. Tal diferença foi devidamente ajustada no exercício corrente, garantindo que o saldo contábil líquido fosse reduzido a zero.

Conforme informado pela seção de patrimônio, responsável pela amortização do sistema ASI, determinados softwares adquiridos possuem uma vida útil estimada de 36 meses. Dessa forma, faz-se necessária a reavaliação dos bens atualmente registrados, a fim de verificar a necessidade de ajustes nos valores contábeis ou a baixa de ativos que não mais geram benefícios econômicos para o Tribunal.

Segue abaixo o quadro de conciliação contábil referente ao Intangível para o exercício de 2024:

Intangível – Conciliação Contábil

INTANGÍVEL	
SALDO EM 01/01/2024	7.178.106,74
AQUISIÇÕES (VIDA ÚTIL DEFINIDA)	0,00
AQUISIÇÕES (VIDA ÚTIL INDEFINIDA)	0,00
INCORPORAÇÕES	0,00
REAVALIAÇÃO DE INTANGÍVEL	0,00
BAIXA DE INTANGÍVEL (ANTIECONÔMICO POR OBSOLETISMO)	0,00
SALDO EM 31/12/2024 (I)	7.178.106,74
AMORTIZAÇÃO	
SALDO EM 01/01/2024	-2.613.451,86
REGISTRO DA AMORTIZAÇÃO	0,00
BAIXAS (ANTIECONÔMICO POR OBSOLETISMO)	0,00
SALDO EM 31/12/2024 (II)	-2.613.451,86
VALOR CONTÁBIL (I+II)	4.564.654,88

Fonte: SIAFI 2024

Nota 07 - Obrigações Trab., Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários e remunerações, além dos benefícios a que os servidores têm direito, como aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar. Inclui também benefícios assistenciais, bem como passivos judiciais e/ou precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo. Em 31/12/2024, o Tribunal registrou um saldo de R\$ 124.480,09, conforme detalhado no quadro a seguir:

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo – Composição

GRUPO	COMPOSIÇÃO	DEZ/2024	DEZ/2023	AH(%)	AV(%)
PESSOAL A PAGAR	SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS	50.672,88	0,00	0,00	40,71
	FÉRIAS A PAGAR	64.367,70	0,00	0,00	51,71
	SUBTOTAL	115.040,58	0,00	0,00	92,42
	INSS-CONTRIB.S/SALÁRIOS E REMUNERAÇÕES	9.439,51	9.037,93	4,44	7,58
	SUBTOTAL	9.439,51	9.037,93	4,44	7,58
	TOTAL	124.480,09	9.037,93	1277,31	100

Fonte: SIAFI 2024



Nota 08 - Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações junto a fornecedores de mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como aquelas decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, como energia elétrica, água, telefone e outras contas a pagar. Inclui também os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Em 31/12/2024, o Tribunal registrou um saldo de R\$ 902,75 referente a fornecedores e contas a pagar a credores nacionais de curto prazo, conforme detalhado a seguir:

Contas a pagar credores nacionais – Composição

COMPOSIÇÃO	DEZ/2024	DEZ/2023	AH(%)	AV(%)
CONTAS A PAGAR CREDITORES NACIONAIS	902,75	1.053.467,34	-99,91	100
TOTAL	902,75	1.053.467,34		

Fonte: SIAFI 2024

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo das Contas a Pagar - Credores Nacionais apresentou uma significativa redução, totalizando R\$ 902,75, frente ao montante de R\$ 1.053.467,34 registrado no exercício anterior. Essa redução de 99,91% deve-se ao pagamento das obrigações pendentes com os fornecedores da entidade.

Dentre os credores liquidados estão a Fox Engenharia e Consultoria LTDA, inscrita no CNPJ 01.693.698/0001-30, que apresentava um saldo em aberto de R\$ 936.000,00, e a OI S.A., inscrita no CNPJ 76.535.764/0001-43, com saldo de R\$ 117.467,34. Com a quitação desses débitos, a entidade obteve uma significativa melhora na sua estrutura financeira, refletindo uma gestão eficiente dos compromissos assumidos.

Nota 09 - Demais Obrigações a Curto Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros que não estão incluídas nos subgrupos anteriores, com vencimento no curto prazo. Isso inclui também os precatórios decorrentes dessas obrigações.

Em 31/12/2024, o Tribunal apresentou um saldo de R\$ 4.185.552,97 relacionado às Demais Obrigações a Curto Prazo, sendo 26,63% desse valor referente à Retenção Previdenciária (FRGPS) e 13,45% ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) devido ao Tesouro Nacional.

Demais Obrigações a Curto Prazo – Composição

COMPOSIÇÃO	DEZ/2024	DEZ/2023	AH(%)	AV(%)
RETENÇÃO PREVIDENCIÁRIA - FRGPS	241.355,64	190.598,43	26,63	5,77
IRRF DEVIDO AO TESOIRO NACIONAL	1.442.847,16	1.271.818,57	13,45	34,47
IMPOSTOS E CONTRIB DIVERSOS DEVIDO	603.629,81	0,00	0,00	14,42
ISS	6.347,46	4.877,33	30,14	0,15
PLANO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA	263.701,12	131.568,53	100,43	6,30
PREVIDENCIA COMPLEMENTAR SERVIDOR	4.163,59	0,00	0,00	0,10
DEPÓSITOS RETIDOS DE FORNECEDORES	11.030,37	20.686,61	-46,68	0,26
DEPOSITOS A EFETUAR POR DETERMINACAO JUDICIAL	0,00	1.218,07	-100,00	0,00
GLOSA DE ENCARGOS TRABALHISTAS	13.578,24	0,00	0,00	0,32
DEPOSITOS E CAUCOES RECEBIDOS	19.087,73	0,00	0,00	0,46
DEPOSITOS RETIDOS DE FORNECEDORES	1.549.820,67	0,00	0,00	37,03
DEPOSITOS DE TERCEIROS	8.796,75	876,97	903,08	0,21
SAQUE - CARTAO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL	1.998,99	4.876,50	-59,01	0,05
OBRIGACOES COM ENTIDADES ESTADUAIS	0,00	12.581,87	-100,00	0,00
FATURA - CARTAO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL	1.087,94	0,00	0,00	0,03
OBRIGACOES COM ENTIDADES FEDERAIS	18.107,50	0,00	0,00	0,43
TOTAL	4.185.552,97	1.639.102,88	155,36	100

Fonte: SIAFI 2024

A seguir, apresentamos a composição detalhada dos Depósitos Retidos de Fornecedores:

Depósitos Retidos de Fornecedores – Composição

FORNECEDOR/PROCESSO	VALOR (R\$)
MC SOLUCOES EM SERVICOS LTDA CNPJ 04236031000105 - PROC. 0003422-52.2022.6.22.8000	9.240,97
MAROK SERVICOS DE ENGENHARIA ELETRICA LTDA CNPJ 15706238000104 - PROC. 0001705-68.2023.6.22.8000	1.375,00
A C P DA SILVA QUINOY COMERCIO E SERVICO CNPJ 20473312000120 - PROC. 0001182-22.2024.6.22.8000	43,9
POLLYANA MELO DA SILVA LUSTOSA CNPJ 37722924000101 - PROC.0002500-40.2024.6.22.8000	50,50
START SHOP GLOBAL LTDA CNPJ 37912727000155 - PROC. 0001517-75.2023.6.22.8000	320,00
TOTAL	11.030,37

Fonte: SIAFI 2024



Nota 10 – Demais Reservas e Resultado do Exercício

Resultados Acumulados, sob a ótica patrimonial, representam o somatório do resultado do exercício atual com os resultados de exercícios anteriores que compõem o Patrimônio Líquido da Entidade Pública.

Patrimônio Líquido: É constituído, basicamente, pelo resultado do exercício e pelos resultados e ajustes de exercícios anteriores.

COMPOSIÇÃO	31/12/2024	31/12/2023	AH(%)	AV(%)
DEMAIS RESERVAS (RESERVA DE REAVALIAÇÃO)	48.273.740,96	47.493.788,37	1,64	34,32
REAVALIAÇÃO DE BENS IMOVEIS	48.273.740,96	47.493.788,37	1,64	34,32
RESULTADOS ACUMULADOS	92.398.969,96	82.442.589,25	12,08	65,68
RESULTADO DO EXERCÍCIO	13.976.822,49	28.587.858,39	-51,11	9,94
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	81.662.636,66	46.200.859,48	76,76	58,05
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-3.240.489,19	7.653.871,38	-142,34	-2,30
TOTAL PL	140.672.710,92	129.936.377,62	8,26	100,00

Fonte: SIAFI 2024

Demais Reservas

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo registrado na conta "Demais Reservas", no montante de R\$ 48.273.740,96, refere-se à reavaliação de bens imóveis realizada no exercício social de 2023.

A reavaliação gerou um aumento no valor contábil dos imóveis, o qual foi reconhecido diretamente no patrimônio líquido, na rubrica "Reserva de Reavaliação", em atendimento às normas contábeis vigentes. Este tratamento contábil difere do adotado em exercícios anteriores, nos quais os efeitos das reavaliações eram reconhecidos diretamente no resultado do período, impactando a demonstração do resultado do exercício.

O valor contabilizado na reserva de reavaliação não possui impacto direto no fluxo de caixa do Tribunal, uma vez que reflete apenas um ajuste patrimonial decorrente da reavaliação.

Resultado do Exercício

O Resultado do Exercício em 31 de dezembro de 2024 apresentou um saldo positivo de R\$ 13.976.822,49, decorrente da confrontação entre as variações patrimoniais aumentativas, no montante de R\$ 144.303.948,02, e as variações patrimoniais diminutivas, totalizando R\$ 130.327.125,53.

Este desempenho reflete as operações realizadas ao longo do exercício, evidenciando um acréscimo líquido no patrimônio da entidade. Observa-se que o montante apurado sofreu uma redução de 51,11% em comparação ao resultado do exercício de 2023, que havia sido de R\$ 28.587.858,39. Tal variação se deve, principalmente, ao impacto de ajustes e eventos específicos ocorridos no período, conforme detalhado na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP).

Nota 11 - Ajustes de Exercícios Anteriores

A conta "Ajustes de Exercícios Anteriores" registra os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercícios anteriores, que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes. Essa conta integra o saldo dos Resultados Acumulados. Esse item é representado por lançamentos patrimoniais a débito ou a crédito da conta 23711.03.00 - Ajustes de Exercícios Anteriores, que pode apresentar um saldo devedor ou credor ao final do exercício. O saldo devedor indica um efeito negativo no patrimônio líquido, enquanto o saldo credor reflete um efeito positivo. Em 31/12/2024, o Tribunal registrou um saldo devedor de R\$ 3.240.489,19 referente a ajustes de exercícios anteriores, conforme detalhado na tabela a seguir:

Ajustes de Exercícios Anteriores – Composição

COMPOSIÇÃO	DEZ/2024
INCORPORAÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO COMO RESULTADO DE AJUSTES DE INVENTÁRIO DE BENS, ANO-BASE 2023.	1.287.240,07
BAIXA DE VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA (VPD) REFERENTE À LIQUIDAÇÃO DE DESPESA DE EXERCÍCIO ANTERIOR	-3.293.121,11
RECONHECIMENTO DE DESPESA COM FORNECEDOR 0001342-81.2023.6.22.8000, 0001039-38.2021.6.22.8000 E 0001039-38.2021.6.22.8000	-11.789,53
RECONHECIMENTO DE PASSIVOS DE DESPESAS COM PESSOAL, CUJO FATO GERADOR OCORREU EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-1.223.926,65
AJUSTE NA DEPRECIACÃO ACUMULADA DE BENS IMÓVEIS DECORRENTE DA REAVALIAÇÃO DOS IMÓVEIS DE ESPIGÃO DO OESTE, OURO PRETO E ROLIM DE MOURA, REALIZADA EM DEZ/2023.	1.220,73
BAIXA DE DEPRECIACÃO ACUMULADA DE BEM MÓVEL (MAQUI. E EQUIP.DIVERSOS) 0001097-80.2017.6.22.8000	1.014,30
BAIXA DE BEM MÓVEL - VALOR BRUTO (MAQUI. E EQUIP.DIVERSOS) 0001097-80.2017.6.22.8000	-1.127,00
TOTAL	-3.240.489,19

Fonte: SIAFI 2024



Esses ajustes visam garantir que os valores contábeis estejam em conformidade com as normas de contabilidade aplicáveis, ajustando as contas para refletir corretamente a posição financeira e patrimonial do Tribunal no fechamento do exercício de 2024. Todos os ajustes realizados visam garantir a transparência e a precisão na apresentação das demonstrações financeiras.

Nota 12 - Saldos dos Atos Potenciais Passivos

Evidencia os atos administrativos que não afetam o patrimônio de imediato, mas que podem vir a afetá-lo no futuro.

Em 31/12/2024, o Tribunal possuía um saldo de R\$ 69.811.473,17 relacionados às obrigações contratuais que serão executadas nos próximos exercícios.

A seguir, apresenta-se a tabela, segregando essas obrigações conforme a natureza dos respectivos contratos.

Obrigações Contratuais – Composição.

COMPOSIÇÃO	DEZ/2024	DEZ/2023	AH(%)	AV(%)
SEGUROS	67.000,00	114.525,79	-41,50	0,10
SERVIÇOS	67.511.368,27	34.415.882,48	96,16	96,71
ALUGUÉIS	0,00	2.621,47	-100,00	0,00
FORNECIMENTO DE BENS	2.233.104,90	3.620.621,91	-38,32	3,20
TOTAL	69.811.473,17	38.153.651,65	82,97	100

Fonte: SIAFI 2024

As obrigações contratuais classificadas no grupo de Serviços apresentaram um aumento significativo de 96,16% no exercício de 2024, totalizando R\$ 67.511.368,27, em comparação a R\$ 34.415.882,48 registrados em 2023. Esse crescimento reflete a predominância de contratos voltados à prestação de serviços na estrutura das obrigações, correspondendo a 96,71% do total registrado no período.

O aumento é atribuído, principalmente, à ampliação dos contratos vigentes, bem como à celebração de novos contratos relacionados à manutenção operacional e prestação de serviços técnicos especializados, considerados essenciais para o funcionamento e o alcance dos objetivos institucionais.

Demonstração Das Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício, apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas.

Variações Patrimoniais Aumentativas

Representa o somatório das variações patrimoniais aumentativas relacionadas a operações financeiras. Compreende o aumento no benefício econômico durante o período contábil, sob a forma de entrada de recursos ou aumento de ativos ou diminuição de passivos, resultando em aumento do patrimônio líquido.

Nota 13 - Transferências e Delegações Recebidas

Compreende o somatório das variações patrimoniais aumentativas relacionadas a transferências intergovernamentais, transferências intragovernamentais, transferências de instituições multigovernamentais, transferências de instituições privadas com ou sem fins lucrativos, transferências de convênios e transferências do exterior.

Em 31/12/2024, o Tribunal apresentou um saldo de R\$ 141.783.217,38, assim distribuído:

Transferências e Delegações Recebidas – Composição

COMPOSIÇÃO	DEZ/2024	DEZ/2023	AH(%)	AV(%)
SUB-REPASSE RECEBIDO	136.306.656,01	112.101.089,18	21,59	96,14
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA PGTO DE RP	5.134.915,47	8.145.589,41	-36,96	3,62
MOVIMENTACOES DE SALDOS PATRIMONIAIS	118.539,28	8,00	1.481.641,00	0,08
MOVIMENTACOES DE VARIACAO PATRIM. AUMENTATIVA	185.248,38	78.312,95	136,55	0,13
DOACOES/TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	37.858,24	1.208.872,90	-96,87	0,03
TOTAL	141.783.217,38	121.533.872,44	16,66	100

Fonte: SIAFI 2024



Em 31 de dezembro de 2024, o grupo Sub-repasse Recebido representou a maior parte das Transferências e Delegações Recebidas, totalizando R\$ 136.306.656,01, equivalente a 96,14% do total registrado no exercício. Esse montante refere-se aos valores descentralizados pelo Tribunal Superior Eleitoral, por intermédio da Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF) (UG 070026/00001), destinados ao pagamento de despesas de manutenção das atividades do Tribunal.

Esses sub-repasses representam uma ferramenta de descentralização orçamentária e financeira, utilizada para garantir o adequado funcionamento das unidades vinculadas, possibilitando a execução de despesas correntes e de capital, conforme os objetivos institucionais. Em comparação ao exercício de 2023, o valor apresentou uma elevação de 21,59%, quando foram registrados R\$ 112.101.089,18.

O grupo Transferências Recebidas para Pagamento de Restos a Pagar totalizou R\$ 5.134.915,47 em 2024, correspondendo a 3,62% das transferências recebidas no período. Esses valores são oriundos de recursos destinados à quitação de obrigações de exercícios anteriores, garantindo a liquidação de despesas inscritas em restos a pagar. Comparado a 2023, quando foram recebidos R\$ 8.145.589,41, houve uma redução de 36,96%.

Ambos os grupos evidenciam a importância dos recursos descentralizados para a manutenção e continuidade das atividades do Tribunal, assegurando a execução eficiente do orçamento e o cumprimento das obrigações financeiras.

Nota 14 - Valorização e ganhos com ativos e desincorporação de passivos

Compreende a variação patrimonial aumentativa decorrente de reavaliação e ganhos de ativos, ou da desincorporação de passivos. Em 31/12/2024, o Tribunal apresentou um saldo de R\$ 735.902,15.

Variações e ganhos com ativos e desincorporação de passivos – Composição

COMPOSIÇÃO	DEZ/2024	DEZ/2023	AH(%)	AV(%)
REAVALIAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVO	733.066,35	18.334.703,06	-96,00	99,61
GANHOS COM DESINCORPORACÃO DE PASSIVOS	2.835,80	14.990,27	-81,08	0,39
TOTAL	735.902,15	18.349.693,33	-95,99	100

Fonte: SIAFI 2024

A variação na rubrica “Outros Ganhos com Incorporação de Ativo” em 2024 decorrem da entrada de bens móveis ao patrimônio do Tribunal Regional, conforme detalhado abaixo:

- Entrada extra orçamentária de bens móveis no valor de R\$ 224.012,70, referente ao valor atribuído aos veículos usados entregues como parte do pagamento na aquisição de dois veículos novos, modelo SW4 DLS 4X4 SRX, conforme ARP nº 112/2024.
- 61 unidades de urnas eletrônicas modelo 2022: R\$ 363.874,15, recebidas do TSE.
- 9.322 unidades de lacres de urna e 840 envelopes plásticos com lacre de segurança: R\$ 138.174,68, recebidos do TSE.
- 100 unidades do Livro Código Eleitoral Anotado: R\$ 3.140,00, recebidos do TSE.
- 04 unidades de Smartphone 6.7 Samsung A05S: R\$ 3.836,92, recebidos do TSE.

Esses ativos foram incorporados ao patrimônio do Tribunal Regional, contribuindo para a execução das atividades operacionais. Em comparação ao exercício de 2023, quando o total dessa rubrica foi de R\$ 18.334.703,06, houve uma redução de 96,00%, explicada principalmente pela diminuição das incorporações de ativos recebidos no período.

Nota 15 - Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

Compreende o somatório das demais variações patrimoniais aumentativas não incluídas nos grupos anteriores, tais como multas administrativas, indenizações, restituições, etc.

Em 31/12/2024, o saldo apresentado pelo Tribunal foi de R\$ 1.771.607,57.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas – Composição

COMPOSIÇÃO	DEZ/2024	DEZ/2023	AH(%)	AV(%)
MULTAS ADMINISTRATIVAS	629.170,45	1.395.331,23	-54,91	35,51
INDENIZAÇÕES	4.304,39	0,00	0,00	0,24
RESTITUIÇÕES	150.099,07	88.252,62	70,08	8,47
VPA DECORRENTE DE FATORES GERADORES DIVERSOS	988.033,66	805.371,33	22,68	55,77
TOTAL	1.771.607,57	2.288.955,18	-22,60	100

Fonte: SIAFI 2024

Em 2024, o grupo Variações Patrimoniais Aumentativas Diversas totalizou R\$ 1.771.607,57, uma redução de 22,60% em relação a 2023 (R\$ 2.288.955,18). Os principais destaques foram:

- Multas Administrativas: Queda de 54,91%, totalizando R\$ 629.170,45, refletindo menor incidência de penalidades.
- Restituições: Aumento de 70,08%, atingindo R\$ 150.099,07.
- VPA por Fatores Diversos: Crescimento de 22,68%, representando 55,77% do total.

A redução geral decorre, principalmente, da menor incidência de multas administrativas em 2024.

Variações Patrimoniais Diminutivas

Essa conta compreende o somatório da desvalorização e da baixa de ativos, como no caso da desincorporação de ativos inservíveis, além de outros eventos e ajustes relacionados à devolução de valores ou perdas de ativos sob controle do órgão.

Nota 16 - Pessoal e Encargos

Compreende a remuneração do pessoal ativo, correspondente ao somatório das variações patrimoniais diminutivas referentes a vencimentos e vantagens pecuniárias fixas ou variáveis estabelecidas em lei, decorrentes do pagamento pelo efetivo exercício de cargos, empregos ou funções de confiança no setor público. Inclui também as variações patrimoniais diminutivas relacionadas a contratos de terceirização de mão de obra que substituam servidores e empregados públicos, além das obrigações trabalhistas de responsabilidade do empregador, incidentes sobre a folha de pagamento dos órgãos e entidades do setor público, contribuições a entidades fechadas de previdência e benefícios eventuais a pessoal civil.

Em 31/12/2024, o Tribunal registrou um saldo de R\$ 76.238.406,28. A tabela a seguir apresenta os principais componentes desse valor.

Pessoal e Encargos – Composição

GRUPO	COMPOSIÇÃO	DEZ/2024	DEZ/2023	AH(%)	AV(%)
REMUNERAÇÃO A PESSOAL	VENCIMENTOS E SALÁRIOS	18.161.347,63	13.528.649,78	34,24	23,82
	ABONOS	368.740,89	376.166,12	-1,97	0,48
	ADICIONAIS	207.197,07	209.896,34	-1,29	0,27
	GRATIFICAÇÕES	33.107.054,46	31.462.006,09	5,23	43,43
	FÉRIAS RPPS	4.806.734,49	4.817.261,99	-0,22	6,30
	13º SALÁRIO RPPS	3.776.099,48	3.544.133,33	6,55	4,95
	VENCIMENTOS E SALÁRIOS	136.819,67	20.892,21	554,88	0,18
	GRATIFICAÇÕES	512.227,05	359.395,13	42,52	0,67
	FÉRIAS RGPS	449.304,16	39.192,36	1.046,41	0,59
	13º SALÁRIO RGPS	20.610,92	33.320,91	-38,14	0,03
	SUBTOTAL	61.546.135,82	54.390.914,26	13,16	80,73
ENCARGOS PATRONAIS	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O RPPS	7.861.009,75	8.049.252,02	-2,34	10,56
	CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS	139.478,52	114.385,34	21,94	0,18
	COMPLEMENTAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	568.672,42	513.161,90	10,82	0,75
	SUBTOTAL	8.569.160,69	8.676.799,26	-1,24	11,24
BENEFÍCIOS A PESSOAL	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	3.883.538,75	3.228.693,93	20,28	5,09
	AUXÍLIO CRECHE	747.860,61	651.746,11	14,75	0,98
	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	227.416,15	116.744,27	94,80	0,30
	AUXÍLIO CRECHE	58.917,49	26.042,81	126,23	0,08
	SUBTOTAL	4.917.733,00	4.023.227,12	22,23	6,45
OUTRAS VPD - PESSOAL E ENCARGOS	REQUISITADO DE OUTROS ÓRGÃOS - UNIÃO	197.467,22	204.353,62	-3,37	0,26
	REQUISITADO DE OUTROS ÓRGÃOS - ESTADO	788.123,77	709.354,98	11,10	1,03
	REQUISITADO DE OUTROS ÓRGÃOS - MUNICÍPIOS	219.785,78	306.929,75	-28,39	0,29
	SUBTOTAL	1.205.376,77	1.220.638,35	-1,25	1,58
	TOTAL	76.238.406,28	68.311.578,99	11,60	100

Fonte: SIAFI 2024



Em 2024, as despesas com Remuneração de Pessoal e Encargos totalizaram R\$ 76.238.406,28, representando um aumento de 11,60% em relação a 2023 (R\$ 68.311.578,99). Os principais destaques foram:

- Vencimentos e Salários: R\$ 18.161.347,63, com alta de 34,24%, impulsionada por reajustes e crescimento da folha de pagamento.
- Gratificações: R\$ 33.107.054,46, representando 43,43% do total, com variação de 5,23%.
- Encargos Patronais: R\$ 8.569.160,69, redução de 1,24%, com queda na contribuição patronal para o RPPS.
- Benefícios a Pessoal: R\$ 4.917.733,00, aumento de 22,23%, com destaque para o Auxílio Alimentação (+20,28%) e o Auxílio Creche (+14,75%).
- Despesas com pessoal requisitado: R\$ 1.205.376,77, variação negativa de 1,25%, refletindo os repasses a servidores cedidos.

O crescimento das despesas reflete a recomposição salarial e a concessão de benefícios ao longo de 2024.

Nota 17 - Benefícios Previdenciários e Assistenciais

Compreendem as variações patrimoniais diminutivas relacionadas a aposentadorias, pensões e outros benefícios previdenciários de caráter contributivo, tanto do Regime Próprio da Previdência Social (RPPS) quanto do Regime Geral da Previdência Social (RGPS). Incluem também as ações de assistência social, que constituem políticas de seguridade social não contributiva, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia de mínimos sociais, ao provimento de condições para atender às contingências sociais e à universalização dos direitos sociais.

Em 31/12/2024, o Tribunal registrou um saldo de R\$ 12.363.974,51, resultante dos seguintes lançamentos:

Benefícios Previdenciários e Assistenciais – Composição

GRUPO	COMPOSIÇÃO	DEZ/2024	DEZ/2023	AH(%)	AV(%)
APOSENTADORIAS E REFORMAS	PROVENTOS - PESSOAL CIVIL	7.314.788,24	6.795.343,15	7,64	59,16
	APOSENTADORIAS PENDENTES DE APROVAÇÃO	3.393.381,09	2.662.865,81	27,43	27,45
	GRATIFICAÇÕES	265.276,00	248.365,94	6,81	2,15
PENSÕES	PENSÕES CIVIS	1.387.185,03	1.327.812,92	4,47	11,22
OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	AUXÍLIO FUNERAL	0,00	16.034,32	-100,00	0,00
	AUXÍLIO NATALIDADE	2.155,74	7.370,41	-70,75	0,02
	ASSISTÊNCIA A SAÚDE	1.188,41	12.776,11	-90,70	0,01
	TOTAL	12.363.974,51	11.070.568,66	11,68	100

Fonte: SIAFI 2024

Em 2024, os gastos com aposentadorias, pensões e benefícios assistenciais totalizaram R\$ 12.363.974,51, um aumento de 11,68% em relação a 2023 (R\$ 11.070.568,66). Os principais destaques foram:

- Proventos de Pessoal Civil: R\$ 7.314.788,24, com alta de 7,64%, refletindo a concessão de novas aposentadorias.
- Aposentadorias Pendentes de Aprovação: R\$ 3.393.381,09, um aumento significativo de 27,43%, indicando maior volume de processos em tramitação.
- Pensões Civis: R\$ 1.387.185,03, crescimento de 4,47%, alinhado ao fluxo normal de concessões.
- Auxílio Funeral, Auxílio Natalidade e Assistência à Saúde: Apresentaram redução, com destaque para o Auxílio Funeral, que não registrou pagamentos em 2024.

O crescimento das despesas reflete a ampliação do número de beneficiários e a continuidade das aposentadorias e pensões concedidas no período.

Nota 18 - Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Representa o somatório das variações patrimoniais diminutivas necessárias à manutenção e operação da máquina pública, excluindo despesas com pessoal e encargos, que serão registradas em grupo específico (Despesas de Pessoal e Encargos). Compreende: diárias, material de consumo, depreciação, amortização, entre outros.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Em 31/12/2024, o Tribunal registrou um saldo de R\$ 37.668.871,05. A tabela abaixo detalha a composição dessas variações, destacando o item 'Serviços', que representa 79,33% deste grupo.

Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo – Composição

COMPOSIÇÃO	DEZ/2024	DEZ/2023	AH(%)	AV(%)
USO DE MATERIAIS DE CONSUMO	4.100.913,98	993.714,21	312,69	10,89
SERVIÇOS	29.882.257,30	23.144.600,97	29,11	79,33
DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	3.685.699,77	2.943.054,18	25,23	9,78
TOTAL	37.668.871,05	27.081.369,36	39,10	100

Em 2024, as despesas com Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo totalizaram R\$ 37.668.871,05, representando um aumento de 39,10% em relação aos R\$ 27.081.369,36 de 2023. A variação foi influenciada pelos seguintes fatores:

Uso de Materiais de Consumo: R\$ 4.100.913,98, com um aumento expressivo de 312,69%, devido à maior necessidade de materiais para as atividades regulares.

- Serviços: R\$ 29.882.257,30 (+29,11%), representando a maior parte das despesas. Esse crescimento reflete o aumento da demanda por serviços em ano eleitoral.
- Depreciação, Amortização e Exaustão: R\$ 3.685.699,77 (+25,23%), associada à depreciação dos bens e ativos, impactada pelo aumento na aquisição de novos bens.

O aumento global das despesas reflete principalmente a elevação das demandas operacionais e de serviços no período, típicos de ano eleitoral.

Serviços – Composição

GRUPO	COMPOSIÇÃO	DEZ/2024	DEZ/2023	AH(%)	AV(%)
DIÁRIAS	DIÁRIAS	2.351.110,97	760.072,11	209,33	7,87
	SUBTOTAL	2.351.110,97	760.072,11	209,33	7,87
SERVICOS TERCEIROS - PF	SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	72.810,58	48.227,42	50,97	0,24
	SERV. DE APOIO ADM., TECNICO E OPERACIONAO - PF	0,00	0,00	0,00	0,00
	SERV. COMUNICACAO, GRAFICOS E AUDIOVISUAL-PF	1.520,00	0,00	0,00	0,01
	LOCACOES E ARRENDAMENTOS - PF	0,00	102.461,48	-100,00	0,00
	SERVICOS PRESTADOS DIVERSOS - PF	18.063,96	7.181,00	151,55	0,06
	SUBTOTAL	92.394,54	157.869,90	-41,47	0,31
SERVICOS TERCEIROS - PJ	SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	6.597.316,29	5.484.255,02	20,30	22,08
	SERVICOS DE APOIO ADM, TECNICO E OPERACIONAL	16.334.418,47	12.401.210,28	31,72	54,66
	SERVICOS COMUNICACAO, GRAFICO E AUDIOVISUAL	557.613,05	410.308,94	35,90	1,87
	SERV.TRANSP.,PASSAGEM,LOCOMOCAO E HOSPED. -PJ	805.899,47	650.869,04	23,82	2,70
		1.071.624,09	904.104,69	18,53	3,59
	LOCACAO E ARRENDAMENTO MERCANTIL OPERACIONAL	1.916.175,17	1.964.603,07	-2,47	6,41
	SERVICOS EDUCACIONAIS E CULTURAIS -PJ	95.056,67	150.620,49	-36,89	0,32
	FORNECIMENTO DE ALIMENTACAO	140,00	162.141,01	-99,91	0,00
	SEGUROS EM GERAL	55.206,51	97.155,00	-43,18	0,18
	SERVICOS PRESTADOS DIVERSOS - PJ	4.855,65	1.155,00	320,40	0,02
	SERV.COMUNICAC.,GRAFICOS E AUDIOVIS.-PJ-INTRA	446,42	236,42	88,82	0,00
	SUBTOTAL	27.438.751,79	22.226.658,96	23,45	91,82
	TOTAL	29.882.257,30	23.144.600,97	29,11	100

Fonte: SIAFI 2024

Em 2024, os gastos com Serviços totalizaram R\$ 29.882.257,30, representando um aumento de 29,11% em comparação com 2023, quando foram registrados R\$ 23.144.600,97. A principal causa dessa variação está nos seguintes itens de serviços contratados:

Diárias: R\$ 2.351.110,97, um aumento expressivo de 209,33%, refletindo maior deslocamento e participação de servidores em atividades institucionais.

Serviços de Comunicação, Gráfico e Audiovisual: R\$ 557.613,05, crescimento de 35,90%, impulsionado por demandas associadas à divulgação institucional e produção de materiais gráficos.

Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional: R\$ 16.334.418,47, um aumento de 31,72%, impulsionado pelo acréscimo na demanda por suporte operacional, especialmente em um ano eleitoral, que exige maior mobilização de recursos humanos e técnicos.

Serviços Prestados Diversos por Pessoa Jurídica (PJ): R\$ 4.855,65, aumento significativo de 320,40%, evidenciando maior contratação de serviços específicos.

Essas variações são atribuídas principalmente ao aumento das atividades operacionais e demandas no ano de 2024, que corresponde a um ano eleitoral, refletindo maior necessidade de serviços administrativos e institucionais.



Nota 19 - Transferências e Delegações Concedidas

Compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas relacionadas a transferências intergovernamentais, intragovernamentais, a instituições multigovernamentais, a instituições privadas com ou sem fins lucrativos, a convênios e ao exterior.

Em 31/12/2024, o Tribunal registrou um saldo de R\$ 2.998.592,58, resultante das seguintes operações:

Transferências e Delegações Concedidas – Composição

GRUPO	COMPOSIÇÃO	DEZ/2024	DEZ/2023	AH(%)	AV(%)
TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS PARA PGT	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS PARA PGTO DE RP	0,00	203.437,56	-100,00	0,00
TRANSFERENCIAS CONCED. PARA A EXEC. ORÇ. INTR	REPASSE CONCEDIDO	2.701,00	0,00	0,00	0,09
TRANSF. CONCEDIDAS INDEP. DE EXC. ORÇ. INT. O	MOVIMENTO DE SALDOS PATRIMONIAIS	1.903.147,74	1.451.763,86	31,09	63,47
TRANSFERENCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS	1.000.000,00	0,00	0,00	33,35
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	DOACOES/TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	74.778,96	17.411,99	329,47	2,49
	DOACOES/TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	957,13	1.764.979,26	-99,95	0,03
	DOACOES/TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	13.974,02	795,33	1.657,01	0,47
	DOACOES/TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	3.033,73	1.276,80	137,60	0,10
TRANSFERÊNCIAS CONCED. PARA A EXEC. ORÇ. INTR.	SUB-REPASSE DEVOLVIDO	0,00	45.736,32	-100,00	0,00
	TOTAL	2.998.592,58	3.485.401,12	-13,97	100

Fonte: SIAFI 2024

Em 2024, o total de transferências concedidas apresentou uma redução de 13,97% em relação ao exercício de 2023, passando de R\$ 3.485.401,12 para R\$ 2.998.592,58.

A redução é principalmente atribuída à diminuição das Transferências Concedidas para Pagamento de Restos a Pagar e Sub-Repasse Devolvido

Por outro lado, houve um aumento significativo em Transferências Voluntárias, no valor de R\$ 1.000.000,00, relacionada ao Convênio TRE-RO nº 01/2024, destinado ao custeio de atividades de segurança para as Eleições Municipais de 2024.

Além disso, as Doações e Transferências Concedidas envolvem a doação de bens que, embora não mais úteis para o Tribunal, têm valor e são repassados a outras instituições, promovendo a eficiência e a sustentabilidade.

Nota 20 - Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

Compreendem a variação patrimonial diminutiva com desvalorização e perdas de ativos, incluindo a redução a valor recuperável, perdas com alienação e perdas involuntárias, ou com a incorporação de passivos. A incorporação de passivos refere-se ao somatório de valores reconhecidos no Passivo Exigível, por meio do reconhecimento de deveres e dívidas passadas, e restos a pagar com prescrição interrompida.

Os valores desse grupo estão detalhados na tabela a seguir.

Desvalorização e perda de ativos e incorporação de passivos – Composição

COMPOSIÇÃO	DEZ/2024	DEZ/2023	AH(%)	AV(%)
PERDAS INVOLUNTARIAS DE BENS MÓVEIS	145,12	185.033,94	-99,92	0,02
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	958.113,80	3.421.063,57	-71,99	99,98
TOTAL	958.258,92	3.606.097,51	-73,43	100

Fonte: SIAFI 2024

Em dezembro de 2024, a Perda Involuntária de Bens Móveis foi de R\$ 145,12, representando uma redução de 99,92% em relação ao ano anterior. A Desincorporação de Ativos totalizou R\$ 958.258,92, com uma diminuição de 73,43% comparado a dezembro de 2023.

Dentre os valores desincorporados, destaca-se:

1. Baixa de valores registrados em conta transitória, referente a valores inferiores a 20% do valor líquido contábil dos imóveis, especificamente para Obras em Andamento. Os valores de R\$ 336.120,32 e R\$ 163.879,67, registrados para a reforma do Depósito Anexo III e o fechamento da Ala Norte do Edifício SEDE (Contrato TRE-RO nº 38/2022, Processo SEI 0001464-31.2022.6.22.8000).
2. Baixa de Urnas Eletrônicas: no valor de R\$ 193.121,40, registradas na conta de equipamentos de processamento de dados. Essas urnas eletrônicas, modelo 2009, foram consideradas inservíveis, e sua destinação seguiu as normas de descarte e tratamento ambientalmente adequadas estabelecidas pela Resolução TSE nº 23.505/2016 e pelo Contrato TSE nº 52/2023, conforme o Processo SEI 0003435 85.2021.6.22.8000.



Nota 21 - Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

Compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas não incluídas nos grupos anteriores, como premiações, incentivos, indenizações, restituições, multas e outros.

Em 31/12/2024, o Tribunal apresentou um saldo de R\$ 38.124,71. A tabela a seguir apresenta o detalhamento desse grupo.

Outras Variações Patrimoniais Diminutivas – Composição

GRUPO	COMPOSIÇÃO	DEZ/2024	DEZ/2023	AH(%)	AV(%)
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	INDENIZAÇÕES	24.703,70	14.175,73	74,27	64,80
	RESTITUIÇÕES	1.877,29	0,00	0,00	4,92
PREMIAÇÕES	PREMIAÇÕES CULTURAIS	7.573,00	2.010,75	276,63	19,86
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES - INTER ESTADO	INDENIZAÇÕES	3.970,72	3.896,69	1,90	10,42
	TOTAL	38.124,71	20.083,17	89,83	100

Fonte: SIAFI 2024

As indenizações totalizando R\$ 24.703,70 referem-se ao pagamento de mandados judiciais cumpridos. Já as indenizações no valor de R\$ 3.970,72 foram destinadas ao pagamento de servidores da segurança pública que atuaram na proteção patrimonial dos bens do TRE-RO durante uma operação de atendimento ao eleitor em área de alto risco. Essa operação envolveu uma infraestrutura de grande porte, caracterizando-se como uma megaoperação de atendimento itinerante.

Nota 22 – Balanço Orçamentário

O balanço orçamentário do TRE/RO reflete o compromisso do órgão com a responsabilidade fiscal e a transparência pública, garantindo a correta aplicação dos recursos e o cumprimento de suas funções constitucionais.

O regime orçamentário adotado no Tribunal é misto, ou seja, as receitas são contabilizadas na arrecadação e as despesas na realização do empenho, conforme o disposto no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. O Balanço Orçamentário evidencia a fixação e a execução da dotação orçamentária autorizada pela Lei Orçamentária Anual (LOA), que, para o exercício de 2024, é a Lei nº 14.822/2024, publicada no DOU em 23/01/2024.

O Balanço detalha as receitas por categoria econômica e origem, apresentando a previsão inicial, a previsão atualizada, a receita realizada e o saldo, que indica o excesso ou insuficiência de arrecadação. Também demonstra as despesas por categoria econômica e grupo de natureza, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada, as despesas empenhadas, liquidadas, pagas e o saldo da dotação. O demonstrativo evidencia a execução das despesas por meio da descentralização de créditos (provisões) recebidos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e a execução dos Restos a Pagar de exercícios anteriores. Ao final do exercício, os restos a pagar não processados que forem liquidados e reinscritos ingressam como restos a pagar processados, sem um controle segregado específico para esses casos.

A análise do balanço orçamentário abrange o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2024, em conformidade com a natureza anual do orçamento, conforme disposto no artigo 2º da Lei nº 4.320/64.

Receitas Realizadas

Essas receitas são arrecadadas diretamente pelo órgão ou por meio de outras instituições, como a rede bancária. Elas provêm, principalmente, da aplicação de multas eleitorais, da devolução de recursos do Fundo Partidário e da cobrança de multas contratuais.

O balanço orçamentário apresenta um déficit de R\$ 144.808.227,49 devido ao fato de o órgão não gerar receitas orçamentárias, limitando-se a executar despesas para a prestação de serviços públicos e investimentos, sem atuar como agente arrecadador. Vale destacar que o valor do déficit corresponde ao total das despesas empenhadas.



Despesas - Saldo da Dotação

Dotação Inicial x Dotação Atualizada

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	CRÉDITOS ADICIONAIS	DOTAÇÃO ATUALIZADA
DESPESAS CORRENTES	101.986.030,00	11.772.237,00	113.758.267,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	74.966.273,00	6.853.545,00	81.819.818,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	27.019.757,00	4.918.692,00	31.938.449,00
DESPESAS DE CAPITAL	13.138.840,00	807.477,00	13.946.317,00
INVESTIMENTOS	13.138.840,00	807.477,00	13.946.317,00
TOTAL	115.124.870,00	12.579.714,00	127.704.584,00

Fonte: SIAFI 2024

A Dotação Inicial de R\$ 115.124.870,00 refere-se aos montantes autorizados na Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício de 2024. Com a inclusão de R\$ 12.579.714,00 em créditos adicionais, a dotação foi atualizada para R\$ 127.704.584,00.

A composição da dotação atualizada é a seguinte:

- Despesas Correntes: R\$ 113.758.267,00, dos quais R\$ 81.819.818,00 foram destinados a Pessoal e Encargos Sociais, e R\$ 31.938.449,00 a Outras Despesas Correntes.
- Despesas de Capital: R\$ 13.946.317,00, totalmente alocados para Investimentos.

Esses valores são exclusivos do TRE/RO, sem considerar as provisões do TSE.

O saldo da dotação é obtido pela diferença entre a Dotação Atualizada e as Despesas Empenhadas, refletindo a variação entre os valores autorizados para despesas e os efetivamente executados:

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	SALDO DA DOTAÇÃO
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	74.966.273,00	81.819.818,00	87.976.275,62	-6.156.457,62
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	27.019.757,00	31.938.449,00	42.886.966,35	-10.948.517,35
INVESTIMENTOS	13.138.840,00	13.946.317,00	13.944.985,52	1.331,48
TOTAL	115.124.870,00	127.704.584,00	144.808.227,49	-17.103.643,49

Fonte: SIAFI 2024

Embora o Balanço Orçamentário indique um saldo de R\$ -17.103.643,49, esse valor é impactado pelas provisões recebidas do TSE e executadas pelo Tribunal. Tais valores são registrados nas despesas empenhadas, liquidadas e pagas, mas não são incluídos na dotação atualizada.

Após a exclusão dos gastos relacionados à unidade orçamentária 14101 – TSE, o Balanço Orçamentário apresenta um saldo positivo, com uma sobra orçamentária de R\$ 758.509,97, conforme demonstrado abaixo:

Despesas Orçamentárias – Unidade Orçamentária 14122 – TRE RO

Execução Orçamentária - Orçamento da UO 14122 – TRE/RO

Considera-se despesa orçamentária executada a despesa empenhada. Com base no art. 35 da Lei 4.320/1964, que reconhece a despesa empenhada (não cancelada) como despesa orçamentária realizada no exercício.

No exercício de 2024, foram executados (empenhados) 99,41% do orçamento atualizado, correspondente ao valor de R\$ 126.946.074,03, restando um saldo orçamentário de R\$ 758.509,97 (0,59%).

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	AV(%)
DESPESAS CORRENTES	113.758.267,00	113.001.088,51	88,49
1. PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	81.819.818,00	81.347.547,19	63,70
3. OUTRAS DESPESAS CORRENTES	31.938.449,00	31.653.541,32	24,79
DESPESAS DE CAPITAL	13.946.317,00	13.944.985,52	10,92
4. INVESTIMENTOS	13.946.317,00	13.944.985,52	10,92
TOTAL	127.704.584,00	126.946.074,03	99,41

Fonte: SIAFI 2024

Do Balanço Orçamentário de 2024, 63,70% das despesas empenhadas foram alocadas para GND 1 – Pessoal e Encargos Sociais, 24,79% para GND 3 – Outras Despesas Correntes, e 10,92% para GND 4 – Investimentos.

Despesas Orçamentárias -Unidade Orçamentária 14101 - TSE - Execução TRE-RO

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	PROVISÃO RECEBIDA (a)	DESPESAS EMPENHADAS (b)	% EMPENHO (c) = (b)/(a)	DESPESAS LIQUIDADAS (d)	DESPESAS PAGAS (e)	SALDO DA DOTAÇÃO (f)
DESPESAS CORRENTES	17.873.679,55	17.862.153,46	99,94	16.493.387,13	16.049.275,20	11.526,09
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.634.929,07	6.628.728,43	99,91	5.558.963,33	5.145.022,63	6.200,64
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	11.238.750,48	11.233.425,03	99,95	10.934.423,80	10.904.252,57	5.325,45
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	17.873.679,55	17.862.153,46	99,94	16.493.387,13	16.049.275,20	11.526,09

Fonte: SIAFI 2024



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

As provisões recebidas do TSE somaram R\$ 17.873.679,55, destinadas a cobrir despesas com as eleições 2024 e manutenção de urnas, entre outras finalidades. Esses valores, registrados na conta 522210100, não constam no Balanço Orçamentário do Tribunal, pois são integrados ao orçamento do TSE.

Execução Orçamentária – Orçamento da UO 14101 – TSE

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	PROVISÃO RECEBIDA	DESPESAS EMPENHADAS	AV(%)
DESPESAS CORRENTES	17.873.679,55	17.862.153,46	100,00
GND 1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.634.929,07	6.628.728,43	37,11
GND 3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	11.238.750,48	11.233.425,03	62,89
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
GND 4 - INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00
TOTAL	17.873.679,55	17.862.153,46	100

Fonte: SIAFI 2024

Em 2024, 37,11% das despesas empenhadas corresponderam ao GND 1 – Pessoal e Encargos Sociais, 62,89% ao GND 3 – Outras Despesas Correntes, e 0,00% ao GND 4 – Investimentos.

Orçamento Total Disponível para o Exercício de 2024

GRUPO DESPESA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	PROVISÃO RECEBIDA	DESTAQUE RECEBIDO	DESTAQUE CONCEDIDO	ORÇAMENTO TOTAL
GND 1	74.966.273,00	81.819.818,00	6.634.929,07	0,00	0,00	88.454.747,07
GND 3	27.019.757,00	31.938.449,00	11.238.750,48	0,00	2.701,00	43.174.498,48
GND 4	13.138.840,00	13.946.317,00	0,00	0,00	0,00	13.946.317,00
	115.124.870,00	127.704.584,00	17.873.679,55	0,00	2.701,00	145.575.562,55

Com base nos dados acima, o orçamento total consolidado para o exercício de 2024 é de R\$ 145.575.562,55, sendo a seguinte distribuição por grupo de despesa:

- Grupo de Despesa 1: R\$ 88.454.747,07
- Grupo de Despesa 3: R\$ 43.174.498,48
- Grupo de Despesa 4: R\$ 13.946.317,00

Da dotação total atualizada de R\$ 145.578.263,55, o TRE/RO empenhou 99,47% (R\$ 144.808.227,49) e liquidou 88,13% (R\$ 127.623.050,50), conforme a tabela a seguir:

Detalhamento da Execução da Despesa Orçamentária Total

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS (b)	% EMPENHO (c) = (b)/(a)	DESPESAS LIQUIDADAS (d)	% LIQUIDAÇÃO (e) = (d)/(b)	DESPESAS PAGAS (f)	SALDO DA DOTAÇÃO (g) = (a)-(b)
DESPESAS CORRENTES	131.631.946,55	130.863.241,97	99,42	125.350.657,44	95,79	122.986.034,44	768.704,58
GRUPO 1- PESSOAIS E ENCARGOS SOCIAIS	88.454.747,07	87.976.275,62	99,46	84.487.347,45	96,03	82.698.281,65	478.471,45
GRUPO 3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	43.177.199,48	42.886.966,35	99,33	40.863.309,99	95,28	40.287.752,79	290.233,13
DESPESAS DE CAPITAL	13.946.317,00	13.944.985,52	99,99	2.272.393,06	16,30	2.196.833,91	1.331,48
GRUPO 4 - INVESTIMENTOS	13.946.317,00	13.944.985,52	99,99	2.272.393,06	16,30	2.196.833,91	1.331,48
TOTAL DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	145.578.263,55	144.808.227,49	99,47	127.623.050,50	88,13	125.182.868,35	770.036,06

Fonte: SIAFI 2024

Do total empenhado de R\$ 144.808.227,49 no exercício de 2024, as despesas com Pessoal e Encargos Sociais, que somam R\$ 87.976.275,62, são as mais representativas, pois decorrem da atividade-fim do Órgão, a Prestação Jurisdicional, que depende essencialmente de recursos humanos.

A rubrica Outras Despesas Correntes, no valor de R\$ 42.886.966,35, inclui despesas com a manutenção da máquina administrativa, como contratos continuados, terceirização, diárias e capacitação, representando a segunda despesa mais significativa da unidade.

A liquidação da despesa (execução efetiva) está distribuída da seguinte forma:

- 96,03% (R\$ 84.487.347,45) no GND 1 (Pessoal e Encargos Sociais),
- 95,28% (R\$ 40.863.309,99) no GND 3 (Outras Despesas Correntes),
- 16,30% (R\$ 2.272.393,06) no GND 4 (Investimentos), em relação à despesa empenhada.



Execução das Despesas Empenhadas

ESPECIFICAÇÃO	DEZ/2024	AV(%)
DESPESAS PAGAS	125.182.868,35	86,45
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR	19.625.359,14	13,55
Total	144.808.227,49	100

Fonte: SIAFI 2024

O Balanço Orçamentário demonstra que, do total das despesas empenhadas em 2024, 86,45% foram liquidadas e efetivamente pagas, enquanto 13,55% foram direcionados para inscrição em restos a pagar para execução no exercício subsequente.

A diferença entre o montante das despesas empenhadas, totalizando R\$ 144.808.227,49, e o valor das despesas pagas durante o exercício, que corresponde a R\$ 125.182.868,35, resulta em R\$ 19.625.359,14. Desse valor:

- R\$ 17.184.274,24 foram registrados como Restos a Pagar Não Processados (conta 6.2.2.1.3.05.00 do SIAFI);
- R\$ 902,75 referem-se a Restos a pagar não processados em liquidação (6.2.2.1.3.06.00); e
- R\$ 2.440.182,15 Restos a Pagar Processados (conta 6.2.2.1.3.07.00).

Nota 23 - Restos a Pagar

Compreende o valor de restos a pagar processados e não processados de exercícios anteriores, acrescidos dos relativos ao exercício imediatamente anterior.

Os Restos a Pagar representam obrigações financeiras assumidas pelo Tribunal, mas não pagas até o encerramento do exercício financeiro. Esses valores são classificados como processados, quando o serviço ou fornecimento já foi liquidado (ou seja, a despesa foi reconhecida), e não processados, quando ainda dependem de etapas de liquidação, como a comprovação da entrega do bem ou serviço.

O Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia iniciou o exercício com um montante de R\$ 23.401.468,14 (4.462.223,13 + 18.939.245,01) de restos a pagar, processados e não processados, inscritos e reinscritos no encerramento de 2023 para execução em 2024. Esses valores refletem os compromissos financeiros do Tribunal e permanecem sob controle para execução no exercício seguinte, observando-se as condições orçamentárias e contratuais.

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS					
CATEGORIA	REINSCRITOS	INSCRITOS	CANCELADOS	PAGOS	SALDO
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.160.693,45	3.507.104,40	194.821,63	3.051.264,45	1.421.711,77
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	21.306,33	2.653.832,39	39.837,94	2.481.109,86	154.190,92
INVESTIMENTOS	3.280.223,35	12.778.308,22	128.576,66	11.198.678,55	4.731.276,36
TOTAL	4.462.223,13	18.939.245,01	363.236,23	16.731.052,86	6.307.179,05

Fonte: SIAFI 2024

No grupo de restos a pagar relacionados a pessoal e encargos sociais, destaca-se a inscrição/reinscrição do montante de R\$ 4.667.797,85, referentes a passivos pendentes de pagamento e/ou cancelamentos, aguardando o resultado de demandas administrativas.

Quanto ao grupo de outras despesas correntes, foram contabilizados em restos a pagar o valor total de R\$ 2.675.138,72, correspondente a faturas de despesas continuadas, vinculadas a atividades administrativas e operacionais referentes ao mês de dezembro de 2024, devidamente registradas para cumprimento no exercício seguinte.

Os investimentos inscritos em restos a pagar, no valor de R\$ 4.731.276,36, não foram liquidados até o encerramento do exercício devido ao não cumprimento das condições contratuais exigidas para a liberação dos pagamentos. Os valores alocados em investimentos incluem a aquisição de bens permanentes, obras e melhorias no patrimônio do TRE-RO, visando à modernização e eficiência institucional.



Execução dos Restos a Pagar

ESPECIFICAÇÃO	DEZ/2024	AV(%)
RESTOS A PAGAR PAGOS	16.731.052,86	71,50
RESTOS A PAGAR CANCELADOS	363.236,23	1,55
REINSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR	6.307.179,05	26,95
TOTAL	23.401.468,14	100

Fonte: SIAFI 2024

Do saldo de R\$ 23.401.468,14 em restos a pagar processados e não processados inscritos em anos anteriores, foram pagos durante o exercício de 2024 R\$ 16.731.052,86 (71,50%) e cancelados R\$ 363.236,23 (1,55%). Para o exercício seguinte, restou um saldo para reinscrição de R\$ 6.307.179,05 (26,95%).

A execução dos Restos a Pagar no exercício de 2024 reflete a eficiência administrativa do TRE-RO, alinhada aos princípios de economicidade, legalidade e transparência previstos na legislação vigente, como a Lei nº 4.320/1964 e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. O desempenho registrado evidencia a busca contínua por uma gestão fiscal responsável e eficiente, contribuindo para a credibilidade da instituição perante a sociedade e os órgãos de controle.

Nota 24 - Balanço Financeiro

Nos termos da Lei n. 4.320/64, o Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, além dos ingressos (recebimentos) e dispêndios (pagamentos) de natureza extraorçamentária, juntamente com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

O TRE-RO recebe recursos financeiros por meio de sub-repasses, que são utilizados para custear gastos com pessoal, encargos previdenciários, manutenção geral e investimentos.

Ingressos

ESPECIFICAÇÃO	DEZ/2024	DEZ/2023	AH(%)	AV(%)
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	141.560.110,76	120.246.686,59	17,72	81,02
RECEBIMENTOS EXTRA ORÇAMENTÁRIOS	28.965.582,21	20.586.650,77	40,70	16,58
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	4.187.721,61	5.632.697,99	-25,65	2,40
TOTAL	174.713.414,58	146.466.035,35	19,29	100

Fonte: SIAFI 2024

Transferências Financeiras Recebidas

As Transferências Financeiras Recebidas, que totalizaram R\$ 141.560.110,76 (81,02% dos ingressos), são compostas por:

- Sub-repasses do Tribunal Superior Eleitoral (TSE): R\$ 136.306.656,01, destinados ao custeio das despesas orçamentárias previstas no exercício.
- Transferências para pagamento de restos a pagar: R\$ 5.134.915,47, utilizadas para quitação de obrigações financeiras pendentes de exercícios anteriores.

Esses valores constituem a principal fonte de financiamento do Tribunal, assegurando a execução de suas funções institucionais.

Recebimentos Extraorçamentários

Os Recebimentos Extra orçamentários totalizaram R\$ 28.965.582,21 (16,58% dos ingressos), representando um incremento de 40,70% em relação a 2023. Estes incluem principalmente os saldos inscritos em restos a pagar, que correspondem a compromissos financeiros de exercícios anteriores liquidados e pagos no exercício corrente.

Dispêndios

ESPECIFICAÇÃO	DEZ/2024	DEZ/2023	AH(%)	AV(%)
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	144.808.227,49	126.575.393,49	14,40	82,88
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	1.905.848,74	1.700.937,74	12,05	1,09
PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	22.525.688,03	14.001.982,51	60,87	12,89
SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	5.473.650,32	4.187.721,61	30,71	3,13
TOTAL	174.713.414,58	146.466.035,35	19,29	100

Fonte: SIAFI 2024



Despesas Orçamentárias

As Despesas Orçamentárias totalizaram R\$ 144.808.227,49 (82,88%) e correspondem às despesas empenhadas e liquidadas no exercício, conforme demonstrado no Balanço Orçamentário (Nota 22). Esses gastos refletem a execução do orçamento público e incluem despesas correntes e de capital necessárias para manter as atividades institucionais e atender às obrigações legais do Tribunal.

Transferências Financeiras Concedidas

As Transferências Financeiras Concedidas somaram R\$ 1.905.848,74 (1,09%), apresentando um aumento de 12,05% em relação ao exercício anterior. Esse item engloba repasses de recursos para entidades específicas.

Pagamentos Extra orçamentários

Os Pagamentos Extra orçamentários atingiram R\$ 22.525.688,03 (12,89%), registrando um aumento expressivo de 60,87% em relação a 2023. Esse crescimento reflete a intensificação na execução financeira de restos a pagar, especialmente restos a pagar não processados. Esses pagamentos correspondem a despesas assumidas em exercícios anteriores que ainda não haviam sido liquidadas, evidenciando o esforço do Tribunal em regularizar passivos financeiros pendentes.

Saldo para o Exercício Seguinte

O Saldo para o Exercício seguinte foi de R\$ 5.473.650,32 (3,13% dos dispêndios), indicando um aumento de 30,71% em comparação ao saldo registrado ao final de 2023. Esse montante representa os recursos financeiros disponíveis ao término de 2024, destinados a cobrir despesas no exercício subsequente.

Nota 25 - Demonstração Dos Fluxos De Caixa

A Demonstração do Fluxo de Caixa evidencia a movimentação ocorrida no caixa e seus equivalentes de caixa, demonstrados por meio de ingressos e desembolsos de recursos financeiros.

As informações sobre os fluxos de caixa permitem aos usuários avaliar como a entidade do setor público obteve recursos para financiar suas atividades e como esses recursos foram utilizados. Esses dados auxiliam na comprovação da responsabilidade na gestão do patrimônio público.

O demonstrativo evidencia os ingressos (entradas) e desembolsos (saídas) de recursos financeiros, classificados nas atividades de fluxo operacional, de investimento e financiamento, conforme segue:

Ingressos

FLUXOS DE CAIXA - INGRESSOS	DEZ/2024	DEZ/2023	AH(%)	AV(%)
OPERACIONAL	150.900.333,83	122.058.362,05	23,63	100
INVESTIMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00
FINANCIAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	150.900.333,83	122.058.362,05	23,63	100

Fonte: SIAFI 2024

Os ingressos registrados na Demonstração dos Fluxos de Caixa em 2024 totalizaram R\$ 150.900.333,83, representando um aumento de 23,63% em relação ao exercício anterior. Para o Tribunal Regional Eleitoral, as entradas de caixa decorrem exclusivamente do fluxo operacional.

Ingressos Operacionais

Os ingressos operacionais correspondem integralmente às transferências financeiras e às receitas acessórias do Tribunal, com destaque para:

- Transferências financeiras recebidas por meio de sub-repasses do Tribunal Superior Eleitoral (TSE): R\$ 141.560.110,76, equivalente a 93,81% do total de ingressos operacionais.
- Arrecadação de multas administrativas e valores oriundos de processos de prestação de contas eleitorais: R\$ 1.784.608,46, representando 1,18% dos ingressos operacionais.



A inexistência de ingressos nas atividades de investimento e financiamento é característica do modelo orçamentário e financeiro aplicável ao TRE, onde os recursos são destinados majoritariamente às operações institucionais correntes.

Os ingressos, predominantemente compostos por transferências intergovernamentais, reforçam o papel do TSE como principal fonte de financiamento das atividades do TRE, garantindo a continuidade de suas funções essenciais no contexto eleitoral.

Desembolsos

FLUXOS DE CAIXA - DESEMBOLSOS	DEZ/2024	DEZ/2023	AH(%)	AV(%)
OPERACIONAL	136.218.892,66	114.149.444,24	19,33	91,05
INVESTIMENTO	13.395.512,46	9.353.894,19	43,21	8,95
FINANCIAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	149.614.405,12	123.503.338,43	21,14	100

Fonte: SIAFI 2024

Os desembolsos registrados na Demonstração dos Fluxos de Caixa em 2024 totalizaram R\$ 149.614.405,12, representando um aumento de 21,14% em relação ao exercício anterior. Esses valores refletem as saídas de caixa referentes às atividades operacionais e de investimento realizadas durante o período.

Desembolsos Operacionais

As atividades operacionais demandaram um desembolso total de R\$ 136.218.892,66, correspondente a 91,05% do total. Este valor compreende:

- Despesas com pessoal e manutenção das atividades do Tribunal: R\$ 119.414.048,39 (87,66%);
- Transferências concedidas de contribuição patronal para a previdência social: R\$ 9.105.879,88 (6,68%);
- Outros desembolsos operacionais: R\$ 7.698.964,39 (5,65% dos desembolsos operacionais).

Desembolsos de Investimento

Os desembolsos relacionados às atividades de investimento somaram R\$ 13.395.512,46, representando um incremento de 43,21% em relação ao exercício anterior e 8,95% do total de desembolsos. Esse montante foi alocado conforme segue:

- Aquisição de ativos não circulantes: R\$ 13.000.763,56 (97,05%);
- Outros investimentos: R\$ 394.748,90 (2,95%).

O crescimento expressivo nos desembolsos de investimento reflete o esforço do Tribunal em modernizar seus ativos e promover melhorias estruturais necessárias para o cumprimento de suas atividades institucionais.

Nota 26 - Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa e Resultado Financeiro

A Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa corresponde ao resultado financeiro apurado no Balanço Financeiro, refletindo o fluxo líquido de recursos (ingressos deduzidos dos desembolsos) ocorridos no período. No exercício de 2024, o saldo positivo registrado foi de R\$ 1.285.928,71, resultado atribuído ao aumento das atividades operacionais, que apresentaram um crescimento de R\$ 28.841.971,78 em relação a 2023, representando uma variação de 23,63%.

Os quadros a seguir apresentam um resumo da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), evidenciando o resultado líquido de cada atividade e a geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

	ATIVIDADE	DEZ/2024	DEZ/2023	VARIAÇÃO ABSOLUTA	AH(%)
INGRESSOS	OPERACIONAL	150.900.333,83	122.058.362,05	28.841.971,78	23,63
	TOTAL INGRESSOS	150.900.333,83	122.058.362,05	28.841.971,78	23,63
DESEMBOLSOS	OPERACIONAL	136.218.892,66	114.149.444,24	22.069.448,42	19,33
	INVESTIMENTO	13.395.512,46	9.353.894,19	4.041.618,27	43,21
	TOTAL DESEMBOLSOS	149.614.405,12	123.503.338,43	26.111.066,69	21,14

Fonte: SIAFI 2024



APURAÇÃO DO RESULTADO FINANCEIRO

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	5.473.650,32
(-) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	4.187.721,61
RESULTADO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (SUPERÁVIT)	1.285.928,71

Fonte: SIAFI 2024

A apuração do Resultado Financeiro do exercício de 2024 reflete a variação líquida nos saldos de caixa e equivalentes de caixa, em conformidade com os valores apresentados no Balanço Patrimonial e no Balanço Financeiro.

Essa variação corresponde à diferença entre o saldo final de R\$ 5.473.650,32 e o saldo inicial de R\$ 4.187.721,61, resultando em um superávit financeiro de R\$ 1.285.928,71 no período. Esse montante evidencia o fluxo financeiro líquido gerado ao longo do exercício.

Os valores apurados estão concentrados na conta Limite de Saque com Vinculação de Pagamento, que contabiliza os recursos vinculados ao limite de saque disponível na Conta Única do Tesouro Nacional. Essa conta destina-se ao pagamento de despesas relacionadas dos órgãos integrantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS), assegurando que os recursos estejam devidamente alocados e vinculados às finalidades específicas previstas.

Outras Informações Relevantes

Ativo Contingente

O MCASP define ativo contingente como um ativo de natureza possível, originado de eventos passados, cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão completamente sob o controle da entidade.

Atualmente, o TRE-RO possui um valor registrado como Ativo Contingente, decorrente da doação de um imóvel pelo Governo do Estado, conforme o Decreto nº 28.473, de 29 de setembro de 2023. O imóvel está localizado no Lote nº 55, Quadra nº 09, Setor nº 04, na Rua Santana dos Olhos d'Água, nº 2434, Bairro Centro, município de Santa Luzia d'Oeste. A propriedade possui uma área total de 590,00 m², destinada à construção das novas instalações do Juízo da 19ª Zona Eleitoral.

O referido imóvel está registrado nas contas de controle do órgão (classes 7 e 8), com um valor total de R\$ 343.266,85, assim discriminado:

- R\$ 68.793,92 referente ao valor do terreno;
- R\$ 274.472,93 referente às benfeitorias, conforme laudo técnico de avaliação.

Essa classificação atende aos critérios estabelecidos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), garantindo a transparência e o adequado controle contábil do ativo.